

A ARQUITECTURA DO MOSTEIRO DE S. SALVADOR DE GRIJO
1574 - 1636

Dissertação de Mestrado em História
da Arte
F.C.S.H. - U. N. L.

Celso Francisco dos Santos

A ARQUITECTURA DO MOSTEIRO DE S. SALVADOR DE GRIJÓ

1574 - 1636

I

OBRAS E ARTISTAS



Celso Francisco dos Santos

30284

I

O B R A S E A R T I S T A S

I N T R O D U Ç Ã O

Rica de episódios, a história de S. Salvador de Grijó tem suscitado o interesse de investigadores que nos últimos anos se debruçaram sobre a sua família patronal (1) e a gestão do seu domínio (2). Enquanto objecto artístico tem sido também tema de apontamentos de estudo de especialistas que o classificaram como um exemplar da Renascença, do Estilo Chão e do Maneirismo. A história artística do Mosteiro do Salvador de Grijó acompanhou o fervilhar ideológico do Portugal de quinhentos. A mudança da sua comunidade para Vila Nova de Gaia e posterior regresso a Grijó é um notável documento das movimentações religiosas, culturais e artísticas do segundo e último terços do século XVI. A arquitectura deste mosteiro não nos deixou indiferentes e assim nasceu este trabalho.

As fontes documentais de que dispusemos encontram-se dispersas pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Distrital do Porto e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A documentação - muito extensa - é fragmentária por razões que se prendem com a destruição parcial do cartório em 1608, a extinção do mosteiro em 1770 - com a deslocação dos fundos para o Real Convento de Mafra - e, naturalmente, o tempo.

Na investigação deparamos com uma dificuldade provocada pelo desaparecimento dos livros de obras e também de grande parte dos de receita e despesa onde estariam concentrados os dados mais procurados para a história da arte. Por essa razão tivemos de nos socorrer de dados esparsos, numa

documentação extensa mas que só marginalmente nos deu elementos dignos de registo.

Da obra de Frei Marcos da Cruz - Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó - tiramos a maior fatia das informações que se viram confirmadas na restante documentação. Foi por isso a nossa principal fonte documental. As crónicas de Frei Timóteo dos Mártires e Frei Nicolau de Santa Maria serviram sobretudo para confirmar a de Frei Marcos da Cruz que é fidedigno quando se refere aos séculos XVI e XVII. O manuscrito que consultamos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo é uma cópia do século XVIII. Tem alguns acrescentamentos mas sem grande significado.

Incluimos no apêndice documental algumas passagens das crónicas de Frei Timóteo dos Mártires e Frei Nicolau de Santa Maria que estão impressas. Fizemo-lo para facilitar a leitura deste trabalho que esperamos venha a ter alguma utilidade para a melhor compreensão de um caso particular da história da nossa arquitectura - o Mosteiro de S. Salvador de Grijó.

N O T A S

(1) José Augusto P. de Sotto Mayor Pizarro - Os Patronos do Mosteiro de Grijó. Evolução e estrutura da família nobre - séculos XI a XIV, Porto (Dissertação de Mestrado; policopiada), 1987.

(2) Luís Carlos Amaral - S. Salvador de Grijó na segunda metade do século XIV. Estudo de Gestão Agrária, Porto (Dissertação de Mestrado; policopiada), 1987.

Inês Amorim - Mosteiro de Grijó - Senhorio e Propriedade: 1560 - 1720 (Formação, Estrutura e Exploração do seu Domínio), Porto, (Trabalho apresentado no âmbito das provas de aptidão científica e capacidade pedagógica; policopiado), 1986.

B I B L I O G R A F I A

ALMEIDA, Fortunato de - História da Igreja em Portugal, Porto-Lisboa, Livraria Civilização-Editora, 1967-1971, 4 vols. (Nova edição).

ALVES, Natália Marinho Ferreira - A arte da talha no Porto na época barroca.
(Artistas e clientela. Materiais e técnica),
Porto, (Dissertação de doutoramento em
História da Arte à Faculdade de Letras
do Porto) 1986, 2 vols.

ALVES, Joaquim J.B. Ferreira - Aspectos da actividade arquitectónica no Porto
na segunda metade do século XVII, in "Revista
da Faculdade de Letras - História", Porto, II
série, vol. II, 1985, págs. 251/271.

BASTO, A. de Magalhães - Os portuenses no Renascimento, Gaia, Edições Pátria,
1931.

- Apontamentos para um dicionário de artistas e
artífices que trabalharam no Porto do século XV
ao século XVIII, Porto, Câmara Municipal do
Porto, Documentos e Memórias para a História de
Portugal - XXXIII, 1964.

- Silva de História e arte (Notícias

portucalenses), Porto, Editora-Livraria Progredior, 1945.

BENEVOLO, Leonardo - História de la arquitectura del Renacimiento. La arquitectura classica (Del siglo XV al siglo XVIII), Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1981, 2 vols.

BONET CORREA, Antonio - Iglesias madrileñas del siglo XVII, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto "Diego Velazquez", 1984.

- La Arquitectura en Galicia durante el siglo XVII, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1984.

BUSTAMANTE GARCIA, Agustín - La arquitectura clasicista del foco vallisoletano (1561 - 1640), Valladolid, Institución Cultural Simancas, 1983.

CARVALHO, Ayres de - D. João V e a arte do seu tempo, 2 vols., Edição do autor, 1962.

- As obras de Santa Engrácia e os seus artistas, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1971.

CHAUNU, Pierre - Eglise, culture et société. Essais sur Réforme et Contre-

Réforme (1517 - 1620), Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1981.

CHUECA GOITIA, Fernando - "El estilo herreriano y la arquitectura portuguesa", in El Escorial, Madrid, 1963.

CORREIA, José Eduardo Horta - Vila Real de Santo António urbanismo e poder na política pombalina, Lisboa, (Dissertação de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), 1984, 3 vols.

- A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600, Lisboa, (Dissertação de Doutoramento; policopiada), 1984.

- A Arquitectura - maneirismo e "estilo chão", História da Arte em Portugal, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

COUTINHO, Bernardo Xavier - Fontes e chafarizes do Porto. A propósito de um problema de toponímia, in "Boletim Cultural", Porto, vol. XXXII, Publicação da Câmara Municipal do Porto, 1969, págs 397/471.

CRUZ, António - Algumas observações sobre a vida económica e social da Cidade

do Porto, nas vésperas de Alcácer Quibir, Porto,
Biblioteca Pública Municipal, 1967.

DIAS, José Sebastião da Silva - A política cultural da época de D. João III,
Coimbra, Universidade, 1969.

- Portugal e a cultura europeia (século
XVI a XVIII), Biblos, Coimbra, 1952.

DICIONARIO de História de Portugal, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975 - 1978
(2ª edição).

GUTIERREZ DE CEBALLOS, Alfonso Rodríguez - Bartolomé de Bustamante y los
origenes de la arquitectu-
ra jesuítica en España,
Roma, Institutum Histori-
cum S.I., 1967.

- La arquitectura del ma-
nierismo in Revista de
ideas estéticas, 77
(1962), págs. 3/29.

HAUPT, Albrecht - A arquitectura da Renascença em Portugal, Lisboa, Editorial
Presença, 1986.

HISTÓRIA da Cidade do Porto, Porto, Portucalense Editora, 1962 - 1965, 3 vols.

KUBLER, George e SORIA, Martin - Art and Architecture in Spain and Portugal
(1500 - 1800), Harmondsworth, 1959.

KUBLER, George - Portuguese plain architecture. Between spices and diamonds,
1521 - 1706, Midletown, Connecticut, 1972.

MACHADO, Cirilo Volkmar - Collecção de memórias relativas às vidas dos
pintores, e escultores, architetos, e gravadores
portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em
Portugal, Lisboa, Na Imprensa de Victorino
Rodrigues da Silva, 1823.

MAÑÍS, Fernando - La arquitectura del Renacimiento en Toledo (1541 - 1631) - I
e II, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones
Científicas, 1983 - 1985.

MARTÍN GONZALEZ, Juan José - La Colegiata de Villagarcía de Campos y la
arquitectura herreriana, Separata.

MOREIRA, Rafael - Um Tratado Português de Arquitectura do século XVI, Lisboa
(Dissertação de Mestrado; policopiada), 1982.

NORBERG-SCHULZ, Chr. - Arquitectura Occidental. La arquitectura como historia de
formas significativas, Madrid, Gustavo Gili, 1979.

PAIS DA SILVA, Jorge Henrique - Estudos sobre o Maneirismo, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.

- Páginas de História da Arte, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, 2 vols.

PASSOS, Carlos de - Guia histórica e artística do Porto, Porto, Livraria Figueirinhas, 1935.

SANTOS, Cândido - Os Jerónimos em Portugal. Das Origens aos fins do século XVIII, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

SANTOS, Eugénio dos - O Oratório no norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

SANTOS, Reinaldo dos - Oito séculos de arte portuguesa. História e espírito, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, s/d.

SEBASTIAN, Santiago - El manierismo y la arquitectura manierista italiana, in Revista de Ideas Esteticas, Julio-Agosto-Septiembre, nº 103, Madrid, 1968.

SILVA, Francisco Ribeiro da - O Porto e o seu termo (1580 - 1640). Os homens, as instituições e o poder, Porto, 1985, 2 vols.

(Dissertação de Doutoramento em História de Arte Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto - dactilografada).

SMITH, Robert C. - The Art of Portugal 1500 - 1800, New York, Meredith Press, 1968.

TAFURI, Manfredo - La arquitectura del Humanismo, Madrid, Xarait Ediciones, 1978.

TAPIE, Victor - Barroco e Classicismo, Lisboa, Editorial Presença, 1974, 2 vols.

TOVAR MARTIN, Virginia - Arquitectura madrileña del siglo XVII, Madrid, Instituto de Estudios Madrileños, 1983.

VIGNOLA, Jacome - Regla de las Cinco Ordenes de Arquitectura, Valencia, Albatros Ediciones, 1985.

VITERBO, Sousa - Diccionario histórico e documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a serviço de Portugal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899 - 1922, 3 vols.

CAPITULO I

O Mosteiro de S. Salvador de Grijó

Breve Notícia Histórica

A - A FUNDAÇÃO.

O Mosteiro de Grijó foi fundado por Guterres Soares e Auzindo Soares em 922. Era então muito pequeno como o faz supor o seu nome - Ecclesiola. A sua sobrevivência será assegurada, no século seguinte, por, e sucessivamente, Soeiro Fromarigues - que lhe faz uma nova dotação em 1093 -, Elvira Nunes, sua viúva e seu filho Nuno Soares, cabeças da família patronal do mosteiro que, segundo José Mattoso, fazia parte do grupo de cavaleiros que o rei protegia (1). A nova comunidade religiosa aderiu à Regra de S^{to}. Agostinho em 1132, um ano depois de S^{ta}. Cruz de Coimbra. Em 1131 e 1160 os Agostinhos, e neste caso particular os cônegos regrantes, fizeram uma rápida expansão no país devido sobretudo à sua pastoral, desprovida de liturgia solene e, por isso, mais actuante junto das populações (2).

Soeiro Fromarigues e sobretudo Nuno Soares fizeram crescer rapidamente a importância do mosteiro através, quer de doações, quer pela obtenção do privilégio de imunidade, concedido em 1128 pela condessa D. Teresa. Nos séculos XII, XIII e XIV o mosteiro vai paulatinamente aumentando os seus bens patrimoniais por doações, compras e permutas que lhe definem, nos finais deste último, os contornos que manteve até ao século XVI.

Os religiosos do Mosteiro de S. Salvador de Ecclesiola, desde a fundação até 1093, usavam o nome de frades. Posteriormente começaram a ser designados por cônegos e, depois da reforma do século XVI passaram a ser conhecidos como cônegos regulares com direito a usar o título de Dom.

B - A REFORMA DA ORDEM DOS CONEGOS REGRANTES DE S^{TO}. AGOSTINHO.

Vimos já que em 1132 o Mosteiro de Grijó aderiu à Ordem dos Cónegos Regrantes de S^{to}. Agostinho que, em rápida expansão no segundo terço do século XII, e com o seu centro em S^{ta}. Cruz de Coimbra, de imediato viu o número de aderentes aumentar (3). Depois de Grijó aderiram os Mosteiros de S. Salvador de Moreira da Maia, S. Vicente de Fora, S. Simão da Junqueira, Vilela e outros.

Os cónegos regrantes de S^{to}. Agostinho, que se situavam quer nos centros urbanos - Coimbra, Lisboa -, quer em zonas rurais - Grijó, Maia -, seriam os que melhor actuariam como diz José Mattoso (4), junto das camadas inferiores das populações, pela sua pastoral que se adaptava ao esforço da reconquista. Este quadro alterou-se profundamente no decurso dos séculos XIV, XV e XVI, com o desregramento dos costumes, em casas monásticas que se preocupavam já só com a fruição das rendas acumuladas, sem a observância da regra que, em princípio, professavam. Assim, tornou-se urgente uma reorganização da vida das comunidades religiosas que se pôs em prática no século XVI, e a que não foram estranhas as sucessivas reformas - protestante(s) e católica. Esta reorganização antecedeu, no nosso país e sob a acção de D. João III, a emanada de Roma, levando à supressão das comendas, proibição da propriedade privada aos frades e monges e, muito especialmente à moralização da organização da vida nos institutos religiosos.

A instauração de uma rígida disciplina - valorizando a observância da obediência -, a reflexão imposta como necessidade e ainda as alterações verificadas nas eleições dos abades, integram-se num movimento, próximo da

Ortodoxia Católica, a que o Concílio de Trento iria dar - posteriormente - corpo ideológico e operativo. Segundo Silva Dias, a acção de D. João III na reforma monástica integrava-se num plano mais vasto da política religiosa e cultural que, se foi definindo gradualmente, numa tentativa de impedir as infiltrações heréticas - vindas do norte e centro europeus - e ultrapassar as heranças atávicas do passado (5).

Em Julho de 1527, quando se encontrava na cidade de Coimbra, D. João III decidiu que se reformasse a vida monástica crúzia. Escolheu para essa difícil empresa Frei Brás de Brag, da Ordem dos Jerónimos, que tinha estado em Paris e nos Países Baixos, conhecedor, portanto, dos novos movimentos culturais e espirituais que então abalavam a Cristandade. A reforma inciou-se a 8 de Outubro desse mesmo ano (6), levantando imediatamente algumas polémicas na Ordem dos Regrantes de S^{to}. Agostinho, onde alguns membros não acataram de bom grado aquilo que consideravam ser a intromissão de um estranho numa casa cheia de privilégios e regalias - S^{ta}. Cruz de Coimbra. Frei Brás de Braga rapidamente se mostrou um óptimo negociador ultrapassando inteligentemente as hostilidades dos descontentes, contando, para isso, com o apoio incondicional do monarca e dando à reforma um cunho religioso e cultural. Da sua acção saiu o "Livro das Constituições e Costumes que se guardam em Santa Cruz, feitas e publicadas em 1532" (7), que passaram a ser o modelo seguido pelos mosteiros de cónegos regrantes que, depois deste, aderiram à reforma.

Frei Brás de Braga também se preocupou com a reforma intelectual da ordem, levando-a à adopção de manuais escolares de carácter marcadamente humanista, numa acção pedagógica que teria os seus frutos no papel

posteriormente desempenhado pelo Mosteiro de S^{ta}. Cruz na reforma e vida da Universidade de Coimbra.

O Mosteiro do Salvador de Grijó aderiu a este processo em 1536 que, três anos depois, foi confirmado por um Breve do Papa Paulo III, quando, a 6 de Agosto, o Padre Geral da Congregação e Prior de S^{ta}. Cruz - D. Bento de Camões - dele tomou posse. Nesse mesmo ano juntou-se-lhe o Mosteiro de S. Vicente de Fora (8).

Este movimento continuou em 1567, através das Letras de União e Reforma concedidas por Pio V a outros quatro mosteiros. A 23 de Julho o Geral deles tomou posse, procedendo à eleição do primeiro prior triénal de Moreira da Maia e, sucessivamente, de Nandim (S^{ta}. Maria de Landim) a 6 de Agosto, de Refoios do Lima e S. Jorge, a 12 e 17 do mesmo mês. Clemente VIII passou, em 23 de Maio de 1594, as Letras de **"União e reformação"** dos últimos dez mosteiros: S. Pedro de Folques, S. Salvador de Paderne, S^{ta}. Maria de Muhia, S^{to}. Estevão de Vilela, S. Martinho de Caramos, S^{ta}. Maria de Oliveira, S. Simão da Junqueira, S^{ta}. Maria de Vila Boa, S. Miguel de Vilarinho e, por fim, S. Martinho de Crasto. Deles tomou posse o Geral da Congregação e Prior de S^{ta}. Cruz de Coimbra, D. Cristovão Botelho, em 1595.

C - LOCALIZAÇÃO.

O Mosteiro de Grijó era cabeça de um vasto senhorio que, no século XIV se localizava, na sua quase totalidade, numa área compreendida entre o rio

Douro (a Norte), o Vouga (a Sul), o oceano Atlântico (a Oeste) e o rio Febros (a Este), "num rectângulo com as medidas aproximadas de 60 Km de comprimento por 25 de largura" (10), com excepção de alguns pequenos núcleos, a Sul do Vouga em Coimbra e, para Este, na zona de Lafões. "Porém, a distribuição das terras (...) por essa área era extremamente irregular (...). A maior concentração permanecia no aro envolvente de Grijó, num raio de 10 Km. A partir daí, (...) o número das terras do mosteiro ia gradualmente diminuindo. Podemos limitar esse espaço de maior densidade ao actuais concelhos de Vila Nova de Gaia, Espinho, Feira, S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis" (11).

O mosteiro estava situado "(...) no seu Couto, Comarca da Cidade do Porto, distante della trez Legoas para a parte do Sul, e ao Poente da Estrada Real, que corre da mesma Cidade para a de Coimbra em distancia quazi de meia Legoa, e apartado humo da Costa do Mâr" (12), dominando uma planície cortada por uma via de comunicação - a estrada mourisca, antiga via romana - que "tinha de alguma forma condicionado a própria expansão do domínio de Grijó, que no seu caminho para Sul [a] foi bordejando de forma constante (...)" (13).

Na época moderna esta situação mantinha-se sem grandes alterações, como o mostra Inês Amorim, e as propriedades do mosteiro fundamentalmente divididas em casais, distribuem-se segundo quatro eixos de comunicação (14):

- a) A estrada mourisca que fazia a ligação entre Coimbra e o Porto. A sua importância levou a que se dividissem as freguesias e os casais do mosteiro em dois grupos - os da Estrada-de-Baixo (que se localizavam a Oeste da via) e os da Estrada-de-Cima (a Este e a Sul) (15).

- b) A estrada que, pela costa, se dirige a Ovar (16).
- c) A estrada romana de ligação Águeda-Viseu, com uma divisão para Norte, passando por S. Pedro do Sul e Castro de Aire, e outra para Sul até Viseu (17).
- d) O rio Vouga que é o limite natural das propriedades do mosteiro a Sul, com a excepção de um núcleo em Coimbra (18).

D - O PATRIMÓNIO.

A propriedade do Mosteiro de Grijó distribuía-se por núcleos - de origem perfeitamente medieval - situados:

- a) A volta das igrejas do seu padroado que tinham funcionado como pólos de atracção e organização patrimonial - Serzedo, Perosinho, Argoncilhe, Grijó, Travanca, Travassô e Eirol.
- b) A volta das igrejas que tinham pertencido ao seu padroado mas que, quando da divisão das rendas entre este mosteiro e o novo de S^{to}. Agostinho da Serra, em 1564, passaram a ser deste último ou de outras instituições - Silvade, Cabanões de Ovar, Milheiróis de Poiares, Souto e Cortegaça (19).

A extrema dispersão do património do mosteiro, e numa vastidão notória, se por um lado permitia "um aprovisionamento de tudo o necessário para a subsistência do mosteiro, devido à variedade das zonas geográficas de produção agrária distinta: cereais, vinho, frutas, madeiras, produtos hortícolas, pastagens e (...) azeite (...)" (20), por outro lado, levantava problemas de gestão económica. A administração e exploração deste vasto património estava feita pela sua divisão em "domínio directo" e "domínio indirecto" à semelhança do que acontecia com as outras famílias monásticas do Antigo Regime. O primeiro era constituído fundamentalmente pela cerca do mosteiro e direitos dominiais - marinhãs e águas das áreas da sua jurisdição (21). O segundo compunha-se de casais, ou das resultantes da sua fragmentação - quintas, quebradas, terras, casas - emprazadas quase sempre por três vidas.

E - ORGÃOS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO MOSTEIRO.

Os Mosteiros da Congregação de S^{ta}. Cruz de Coimbra regulavam-se pelas disposições contidas nas "Constituições dos Cónegos Regulares do Nosso P.S. Agostinho dos Reinos de Portugal" publicada em 1601 (23), onde são definidos os órgãos de gestão comuns a todas as casas crúzias e a complexa teia de relações entre elas.

O "Capítulo Geral da Congregação" que se reunia em S^{ta}. Cruz de Coimbra de três em três anos, congregava os priores e procuradores dos mosteiros juntamente com os capitulares da casa mãe. Era aí que se definiam quais as directrizes que, do ponto de vista espiritual e material, norteariam a

acção dos diferentes mosteiros, sobretudo nas relações com as outras "Religiões", com a Coroa e com Roma. Do Capítulo Geral saíam eleitos o Padre Geral da Congregação e os priores e/ou presidentes trienais das comunidades crúzias.

Aí se nomeavam os Visitadores que, duas vezes em cada triénio, se deslocavam pelos mosteiros fiscalizando a suas actividades pastorais e as gestões materiais, "lembrando" do cumprimento das resoluções tomadas em Capítulo Geral e, quando necessário ordenando sob o preceito da "Santa Obediência" e 'sob pena da perda de voz activa, a tomada de medidas julgadas urgentes ou absolutamente necessárias. O Visitador também devia consultar os livros de receita e despesa de cada casa exercendo uma vigilância dos dinheiros que tinha como primeiro objectivo a proibição dos priores (ou presidentes) e conciliários deixarem dívidas aos governos subsequentes. Daí a proibição de efectuar despesas que ultrapassassem quantias estipuladas como podemos verificar para Grijó, na Carta de Visitação do princípio do triénio de 1633 (24).

O Prior do(s) mosteiro(s) era secundado no seu governo por quatro cónegos conciliários: o Vigário, o Mestre dos Noviços (que também eram os confessores dos irmãos), o Porteiro-mor e o Procurador (25). As atribuições destes cinco elementos - resolvendo os assuntos quotidianos, fazendo empréstimos ou pequenos prazos -, não eram suficientes para as grandes decisões - alienar bens de raiz, comprar, vender, escambar ou arrendar prazos de vidas - que eram da responsabilidade de todos os cónegos do mosteiro (26). No entanto, a prática corrente era que os cinco elementos referidos tomassem a seu cargo

estas responsabilidades. Além destes, há ainda a referir a existência do "Padre Camareiro" e do Escrivão. Estes dois cónegos faziam, com o Procurador o grupo dos três "oficiais da fazenda" que, no fim do ano, prestavam contas das receitas e despesas ao prior e conciliários (27). O governo do "quotidiano" do mosteiro era da responsabilidade do Procurador. O Escrivão registava todas as receitas e despesas da Casa, Sacristia, Celeiro e Offícios e dos assuntos que se tratassem nos capítulos (28). Como a actividade do Procurador, numa área patrimonial vasta, poderia ser difícil - se não impossível - era secundado por um Companheiro que o podia substituir nas deslocações, por "familiares do mosteiro" - que desempenhavam papéis de testemunhas de contratos e louvados, os homens "ajuramentados" e os rendeiros das dizimarias (29).

A gestão e a administração estava tripartida entre o Conselho do mosteiro, formado pelo Prior e cónegos conciliários - Vigário, Mestre, Porteiro e Procurador -, os Corpos Gerentes, formados pelo Procurador, Camarário e Escrivão, e o Procurador que, como responsável pela exploração indirecta do domínio, era secundado pelo Companheiro, louvados e rendeiros das dizimarias. Como se pode verificar, o Procurador (quarto cónego conciliário) era o que mais atribuições tinha no governo das casas crúzias, funcionando como elo de ligação entre os vários órgãos de gestão (30).

F - O MOSTEIRO DE GRIJÓ - DESLOCAÇÕES DO SEU ASSENTAMENTO.

A deslocação do Mosteiro e Convento de Grijó para a Serra de Quebrantões fronteira à cidade do Porto e posterior regresso ao seu

assentamento tradicional é, talvez, um dos assuntos mais interessantes da história desta casa. Todos os cronistas da ordem se referem a esta mudança, apontando sempre as mesmas razões que, no entanto, não deixam de ser ambíguas.

Em 1536 o rei D. João III deixou o padroado real deste mosteiro para que ele se unisse à Congregação de S^{ta}. Cruz, reformada como já vimos, por Frei Brás de Braga. Nesse mesmo ano, alegando que o local era doentio e desagradável, húmido e frio, deslocaram-se, os cónegos para o Monte de S. Nicolau, também conhecido como Serra de Quebrantões (31). As razões apontadas não deixam de ser estranhas. O que motivou a mudança, como bem refere Inês Amorim, foi a distância que o separava da cidade, "campo de disputa das diversas confissões [protestante e católica], e (...) meio de aculturação religiosa" (32). O Concílio de Trento iria mesmo fazer uma ofensiva para a conquista das elites urbanas, na qual se integrou a Companhia de Jesus que aí teve o seu principal campo de batalha - ideológico e pedagógico.

O Porto, segunda cidade do país como se vê no censo de 1527 - 1531, atraía fortemente as congregações religiosas, mesmo as rurais, conforme se prova com a mudança dos regantes de S^{to}. Agostinho para Vila Nova, a tentativa de deslocação para o seu perímetro urbano dos cónegos seculares da Colegiada de Cedofeita (que não se efectuou) e a fundação, em 1597, de uma casa Beneditina no local da sua antiga sinagoga.

Grande centro demográfico e económico, o Porto viu a sua importância acrescida, "com a criação da Casa do Cível (...) que atraía os povos de Entre Douro e Minho que aqui podiam pôr mais facilmente as suas questões dispensando

a longa viagem a Lisboa que desencorajava a queixa e facilitava o arbítrio da injustiça" (33).

Se a proximidade da cidade actuou como factor determinante da deslocação do Mosteiro de Grijó, para Vila Nova Gaia, uma outra razão, não menos importante, foi a recusa dos antigos cónegos em aceitar a reforma de Frei Brás de Braga (34). Em 1540, o Papa Paulo III, por um Breve de 26 de Fevereiro, consignou esta mudança, com uma única cláusula que estabelecia que no antigo mosteiro deveriam residir sempre alguns religiosos que acompanhassem os fiéis que aí residiam. O reformador Jerónimo viu assim coroados de êxito os seus esforços e, em 1542, mudaram-se os cónegos, mesmo os mais renitentes, aí ficando somente o Cura da freguesia para administrar os sacramentos aos "fregueses" (35).

O velho mosteiro "ermo e desamparado de todo" (36) ficou votado a um total abandono enquanto se construía rapidamente o novo, de S. Salvador do Porto, começado em 1541, e cujas obras se prolongariam pelo século XVII, com alterações nítidas no seu programa construtivo e de que nos ocuparemos em futuros trabalhos.

Esta situação sofreu uma rápida volta pois, alguns moradores do mosteiro novo, saudosos de Grijó e achando "que tanto, e mais doentio era o sítio da serra e que no Mosteiro Velho não assistia religioso algum (...) entrou o escurpulo nelles (...), e vendo tambem as continuas queixas que os moradores e freguezes delle, fazião aos capitulos geraes (...) tanto fizeraõ e souberam negociar que no anno de 1563 alcançaraõ do Papa Pio 4.^a Breve de

separação do Mosteiro antigo do Salvador Eccleziola do novo do Salvador da Serra" (37).

às duas comunidades, definitivamente separadas em 1564, no Capítulo Geral realizado em S^{ta}. Cruz só restava a reorganização do património que se fez com a divisão das rendas, e ainda os ornamentos e a prata da sacristia, que, porque desequilibrada, foi revista no Capítulo Geral de 1566. nesta separação coube ao Mosteiro de Grijó:

- a) A jurisdição eclesiástica nas freguesias (e igrejas) de S. Martinho de Argoncilhe, S. Mamede de Serzedo, S. Salvador de Perosinho, S. Salvador de Grijó, S. Miguel de Travassô, S^{ta}. Eulália de Eirol e S. Martinho de Travanca.
- b) A jurisdição territorial dos coutos de Grijó, Brito e Tarouquela.
- c) As rendas das igrejas que lhe eram anexas a toda a mais renda, coutos e jurisdição espiritual e temporal.
- d) As alfaías religiosas - 1 ornamento de damasco branco; 3 capas e 5 frontais; 2 de damasco carmesim novas; 1 ornamento de veludo verde, usado, com capa velha; 3 vestimentas de damasco de cores; 2 vestimentas de chamelote quotidianas; 1 vestimenta preta; 1 pano de púlpito de damasco; metade dos panos da estante; metade das palas e corporais; 1 cruz grande prata branca; 1 cruz com relíquia do Lenho; caixa de prata com as relíquias (ficando algumas para o mosteiro

novo); 1 cálice grande novo; 2 cálices pequenos; 2 cálices que estão em Grijó; 1 bacia e gomil de prata; 2 castiçais grandes de latão; o sino antigo de Grijó; outro sino pequeno; o engenho do relógio velho e 2 ceptros de prata (38).

Quando regresssaram a Grijó encontraram o velho mosteiro tão arruinado que tiveram de fazer obras urgentes de readaptação nos velhos edifícios, decidindo, desde logo, construir no seu lugar, um maior e mais majestoso que fosse digno da antiguidade e privilégios que possuía - de que trataremos no próximo capítulo.

N O T A S

- (1) José Mattoso - A nobreza medieval portuguesa e as correntes monásticas dos séculos XI e XII, in "Revista de História Económica e Social", nº 10, Julho - Dezembro, 1982, pág. 39.
- (2) Idem, ibidem, op. cit., pág. 40.
- (3) Robert Durand - Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastere de Grijó (XI - XIII siècles), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pág. 28.
- (4) José Mattoso - Portugal Medieval. Novas Interpretações, Lousã, Imprensa Nacional, 1985, pág. 113.
- (5) José Sebastião da Silva Dias - Correntes de Sentimento Religioso em Portugal. Séculos XVI a XVIII, tomo II, vol. I, Coimbra, 1960, págs. 433/435.
- (6) Frei Timóteo dos Mártires - Crónica de Santa Cruz, 3 tomos, Coimbra, edição da Biblioteca Municipal, 1955, tomo II, pág. 150.
- (7) Idem, ibidem, tomo II, pág. 152vª.
- (8) Idem, ibidem, tomo II, pág. 135.

- (10) Luís Carlos Amaral - S. Salvador de Grijó Na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária, op. cit., pág. 36.
- (11) Idem, ibidem, pág. 51.
- (12) A.D.P. - S.M., Convento de Grijó, nº 95, fol. 7.
- (13) Luís Carlos Amaral, op. cit., pág. 51.
- (14) Inês Amorim - Mosteiro de Grijó - Senhorio e Propriedade: 1560 - 1720 (Formação, Estrutura e Exploração do seu Domínio), op. cit..
- (15) Idem, ibidem, pág. 116.
- (16) Idem, ibidem, pág. 116.
- (17) Idem, ibidem, pág. 116.
- (18) Este núcleo era essencial para o auto-abastecimento das igrejas com o azeite aí produzido. Inês Amorim, op. cit., pág. 118.
- (19) Idem, ibidem, pág. 117.
- (20) Idem, ibidem, pág. 118.
- (21) Idem, ibidem, pág. 154.

- (22) Idem. *ibidem*, pág. 165.
- (23) B.P.M.P. - Constituições dos Cónegos Regulares do Nosso P.S. Agostinho dos Reinos de Portugal, 1601.
- (24) A.G.V.C. - Convento de Santa Cruz, n.º 182, fol. 27.
- (25) B.P.M.P. - Consituições dos Cónegos Regulares do Nosso P.S. Agsotinho dos Reinos de Portugal, op. cit., fol. 32v.ª.
- (26) Idem, *ibidem*, fol. 31v.ª.
- (27) Idem, *ibidem*, fol. 42.
- (28) Idem, *ibidem*, fol. 44v.ª.
- (29) Inês Amorim, op. cit., pág. 176.
- (30) Idem, *ibidem*, pág. 186.
- (31) Frei Nicolau de Santa Maria - Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho, Lisboa, 1668, pág. 341.
- (32) Inês Amorim, op. cit., pág. 13 e Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., tomo II, pág. 153.

- (33) Francisco Ribeiro da Silva - A Criação das Paróquias de S. Nicolau e de N.ª S.ª da Vitória (1583), citado por Inês Amorim, op. cit., pág. 14.
- (34) Frei Marcos da Cruz - Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó
- (35) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., tomo II, pág. 154.
- (36) Idem, ibidem, tomo II, pág. 154.
- (37) Idem, ibidem, tomo II, Pág. 154.
- (38) Inês Amorim, op. cit., págs. 19 e 20.

C A P I T U L O I I

As Obras

I - O ESTALEIRO ARQUITECTÓNICO

A - O regresso da comunidade a Grijó.

Dissemos já no capítulo anterior que em 1563 e invocando razões várias, alguns moradores do Mosteiro de S. Salvador do Porto "alcancarão do Papa Pio IV Breve de separação do Mosteiro antigo do Salvador Eccleziola do novo do Salvador da Serra" (1).

O Capítulo Geral de 1564 no qual se executou o Breve Papal fixou a divisão das rendas entre os dois mosteiros que, no de 1566, foi reajustado. "E o padre geral se partio do mosteiro do Porto para o de Grijó em hum Domingo 9 de Julho deste próprio anno de 1564 (...) e logo no outro dia dita a Missa do Espirito Santo procedeu a eleição do novo Prior, a qual se fez na Igreja, por não haver então claustro, onde foi eleito em Prior o Padre D. Basílio;" (2). Após a separação dos dois mosteiros, e o regresso da comunidade religiosa a Grijó, sentiram estes a necessidade de reconstruir os edifícios e, simultaneamente, reorganizar o seu património.

A ideia de construir uma nova igreja e casa monástica deve ter sido elevada a objectivo prioritário pois "Postos os Religiosos outra vez no mosteiro antigo falaram de o fazer accomodado para nelle poderem estar os Religiosos Reformados. Para isso fizeraõ algumas celas sobre a claustro que estava para a parte do Norte, achando ahí seria melhor vivenda aproveitando-se justamente das

cazas dos Priores Mores. E porque as celas ficavaõ ainda sendo poucas, fizeraõ hum lanço delas por cima do Refectorio no anno de 1568: sendo Prior D. Vicente, no qual sitio viveraõ the o ano de 1598. Servindose da mesma Igreja antiga, que já naõ era a Sagrada" (3). O carácter provisório das novas acomodações está bem espreço na passagem transcrita da Crónica de Frei Marcos da Cruz. Veremos que rapidamente se tratou de criar todas as condições para as obras que se prolongaram pelo primeiro terço do século seguinte.

A decisão coube a D. Pedro da Assumpção, quarto prior de Grijó depois do regresso ao sítio tradicional do seu assentamento, tal como nos diz o cronista: "E como o agazalho, que o convento tinha no mosteiro antigo era pouco accomodado, e a igreja pouco decente pra o serviço de Deos em mosteiro tan cheo de regalias, e preeminencias, desejando o Padre D. Pedro remedear tudo, e que fosse grijó hum mosteiro magestoso, com que perdesse o nome, que tinha antigo, de Igrejinha, tratou com o convento de se fazer mosteiro novo neste anno de 1572. onde se determinou que se fizesse, e que se gastasse nelle em quada anno 500.000 reis pouco mais, ou menos; ao que se desse logo principio, e fossem feitas estas obras pela planta que fez Francisco Velasquez, hum dos bons Architettos da quelles tempos" (4).

O arranque do projecto notabilizou os seus intervenientes pois "(...) por darem principio a hum mosteiro tam grandioso como hoje se ve: onde se assentaram fosse edificado pouco distante donde o puzeram, fora bastante para seus nomes ficarem mais lembrados" (5).

B - O alargamento da cerca. A pedreira.

Numa situação de modo algum inédita, entre a decisão da construção do novo mosteiro e o início das obras decorreu um longo período, não obstante o lançamento da primeira pedra do dormitório em 28 de Junho de 1574 (6). Em 1578 a situação não era muito diferente. Nesse ano, em Capítulo Geral, realizado a 25 de Junho no Mosteiro de S^{ta}. Cruz de Coimbra, na Definição 56^a. "pera o mosteyro de Igrijo sobre as obras e o vingario da jurisdição", decidiu-se mandar "ao prior do mosteiro de grijo e seu convento que |vissem| muito bem o debuxo das obras do dito mosteiro por mestres religiosos que o |entendessem| achando que |estivesse| errado em alguma cousa ou as officinas disproporcionadas para mosteiro de 30 religiosos o |emendassem| e |mudassem| como melhor lhes |parecesse| (...)" (7) mas reaproveitando o edifício pré-existente desde que tal fosse possível. Esta informação sobre o estado em que se encontravam as obras é preciosa. Vemos que a partir deste ano há clara vontade, por parte dos crúzios de Grijó, de alterar rapidamente a situação e arrancar definitivamente com a nova casa e igreja. Assim, e no ano seguinte, o sexto prior depois da mudança, D. Francisco de S^{to}. António, "continuou com as obras com cuidado; e assy no seu segundo anno, que foi o de 1579 acabou a torre dos sinos, (...) E correu com os muros da cerca" (8). Nesse mesmo ano, a 3 de Dezembro iniciou-se um processo de negociação com António Afonso de Morracezes através de um "contrato de escambo" de um casal que este possuía, e que era propriedade do mosteiro, dando-lhe em troca este último umas devesas e ainda 600 reis pela perda e barro que aí lhe tinham cavado, além de 3500 reis pela pedreira (9).

Em 23 de Junho de 1588 temos, pela primeira vez, uma notícia respeitante a um "mestre de pedraria" no mosteiro - Baltazar Gonçalves (10). O processo de integração na cerca do mosteiro da pedraria que fornecia a pedra necessária à continuação das obras, mantém-se em 1582. A 9 de Março desse ano fez-se um "estromento de contrato" para que António Afonso-o-velho e sua mulher Maria Pires, António Afonso-o-novo e sua mulher Antónia Gonçalves, largassem um casal que possuíam em Morracezes, porque o mosteiro tinha necessidade de quebrar pedra para as obras, da pedreira do Monte do Lameiro, que eles tinham em prazo. E, no dito contrato, acrescenta-se ainda que o mosteiro tinha necessidade do campo para sempre (11).

É também nesse ano de 1582, a 17 de Dezembro, que o mosteiro compra, por 18.000 reis e mais "1000 reis em tostões vintens reais de prata castelhanos", e de novo a António Afonso-o-velho, uma casa térrea com alpendre e ramada à porta e uma horta, para o mestre de pedraria de mosteiro, Gonçalo Vaz (12). Na documentação de Grijó, e muito posteriormente, em 26 de Outubro de 1598, quando já corriam as obras, e se fazia um novo Tombo das suas propriedades, a que já nos referimos, deparamos ainda com notícias da pedreira que abastecia o estaleiro arquitectónico numa apresentação de citação do Abade de S. Pedro de Sermonde - "nos passais do Mosteiro encontrei Manuel Carvalho, no sitio onde se tira a pedra para as obras do mosteiro (...)" (13).

C - Outros materiais.

Os cônegos de Grijó tiveram necessidade, além da integração da pe-

dreira na cerca do mosteiro, de entabular outras negociações para a obtenção dos materiais necessários ao decurso das obras da sua nova casa. Assim, em Agosto de 1591, mandaram vir de Lisboa, por Pantaleão Correia, "morador em Massarelos, mestre de sua barca", quatrocentos bordos, e por Domingos Correia, também ele "mestre de sua barca" outros cem bordos "pera as obras do dito seu Mosteiro de Grijó que de novo faziam", o que levou, em 2 de Abril de 1593, o "juiz de alfandega e direitos do porto de mar da Cidade do Porto", a lavrar uma sentença sobre redízima, na demanda que houve entre o convento e o Bispo desta cidade que se via com direito de cobrar o dito imposto nas mercadorias para pessoas eclesiásticas. Como podemos facilmente imaginar o convento foi absolvido (14).

Verificamos assim que, e sobretudo a partir de 1582, estava já praticamente completo o processo de preparação para o arranque definitivo das obras. Vejamos agora como se desenvolveram nesse fim do século XVI e durante o primeiro terço do seguinte.

II - CRONOLOGIA DAS OBRAS

A - O Mosteiro de Grijó a quando da mudança. O estado precário das instalações.

O Mosteiro de Grijó - e a respectiva comunidade - foram, durante o século XVI, e como já vimos, sujeitos a várias deslocações, após a Reforma

levada a cabo por Frei Brás de Braga. Essas deslocações, primeira para Gaia - 1537 / 1542 - (15), o posterior regresso a Grijó "usando somente da Igreja antiga" em 1564 (16) e só depois a mudança para as novas instalações, entre 1599 / 1626 (17), estão documentadas nas crónicas de Frei Nicolau de S^{ta}. Maria, Frei Timóteo dos Mártires e, muito especialmente na de Frei Marcos da Cruz, além do "Index novo de todos os Breves, doações e mais papéis (...) do cartorio do Mosteiro de Grijó" de 1622 (18). A partir destes documentos iremos agora traçar o quadro cronológico da "construção - reconstrução" da nova casa monástica crúzia. A mudança da Serra para Grijó fez-se, como vimos, em 9 de Julho de 1564, sendo então eleito como Prior do "novo" mosteiro D. Basílio. "E como o mosteiro estava todo danificado logo se ocupou em o refazer com claustra, e cellas, para que os religiosos tivessem em que se recolher, o que ficava para à outra parte da Igreja Nova ao Norte (...)" (19).

B - Actividade construtiva dos Priores trienais do Mosteiro de S. Salvador de Grijó.

1564 - Triénio de D. Basílio.

Obras de pedraria nas celas sobre a claustra (velha); reaproveitamento das "cazas dos Priores Mores" (20).

1568 - Triénio de D. Vicente da Gama.

Obras de pedraria: lanço de celas sobre o antigo refeitório (21).

1570 - Triénio de D. Basílio.

Obras de pedraria não especificadas no mosteiro "e parte das cazas antigas de travassô" (22).

1572 - Triénio de D. Pedro da Assumpção.

Planta para o novo mosteiro feita por Francisco Velasquez (23).

Lançamento da primeira pedra do dormitório, em 28 de Junho de 1574 (24).

1575 - Triénio de D. Gaspar do Presepio.

Obras de pedraria na casa da audiência; torre dos sinos e mudança "do portal da portaria do Carro para outra parte" (25).

1579 - Triénio de D. Francisco de Santo António.

Obras de pedraria: acabou a torre sineira; continuou com o muro da cerca (26).

1581 - Triénio de D. Bernardo do Espírito Santo.

Obras de pedraria: encanamento de água de Morracezes para o mosteiro (27).

1584 - Triénio de D. Pedro da Assumpção.

Obras de pedraria não especificadas e "dous frontais de talha para os dous altares do cruzeiro" (da igreja velha) (28).

1588 - Triénio de D. Niculau dos Santos.

Obras não especificadas (29).

1590 - Triénio de D. Pedro da Assumpçam.

Obras de pedraria: continuação do muro da cerca (30).

1593 - Triénio de D. Siman de Christo.

Obras de pedraria: duas quadras do Claustro e Sacristia (31).

1596 - Triénio de D. Martinho.

Obras de pedraria: cano da água suja; calçada que ligava a porta da Amoreira à estrada; conclusão da Capela da Sala do Capítulo (32).

1599 - Triénio de D. Niculao dos Santos.

Obras de pedraria: mandou fazer a fonte do claustro e concluir o refeitório (33).

No primeiro ano do seu triénio fez-se a mudança dos religiosos da velha para a nova casa monástica (34).

1602 - Triénio de D. Bernardo da Piedade.

Obras de pedraria: fez-se a hospedaria dos Cónegos e a dos leigos e as casas dos criados e aidos para o gado (35).

1605 - Triénio de D. Lourenço dos Martyres.

Obras não especificadas (36).

1607 - Triénio de D. Antonio da Conceição.

Obras de pedraria: escadaria do claustro (37).

No segundo ano do seu priorado, em 21 de Outubro de 1608, um grande incêndio destruiu o refeitório, dormitório (38) e cartório (39) não chegando o fogo à igreja (40).

1609 - Triénio de Dom Andre de S. João.

Obras de pedraria: início da construção da igreja - lançamento da primeira pedra da capela-mor, em 29 de Abril de 1612 (41).

Reconstrução dos edifícios afectados pelo incêndio. Lageamento e abertura de três janelas largas no refeitório.

Pintura do Retábulo da Igreja de Travassô (42).

1612 - Triénio de Dom Antonio da Conceição.

Obras não especificadas.

Em 1613 funcionou, pela primeira vez, neste mosteiro, o Curso de Artes, que tradicionalmente era ministrado em S^{ta}. Cruz de Coimbra (43).

1614 - Triénio do Prior Dom Manoel de Christo.

Não há referências a nenhum tipo de obras.

1615 - Triénio de Dom Jeronymo de S. Augustinho.

Não há despesas com obras.

1618 - Triénio de Dom Lourenço da Piedade.

Obras de pedraria: escadaria do claustro e continuação da igreja (44).

1621 - Triénio de Dom Jeronymo de S. Augostinho.

Obras de pedraria: torre da procuração e continuação da igreja (45).

1624 - Triénio de Dom Lourenço da Piedade.

Obras de pedraria: azulejamento da capela-mor e continuação das obras da igreja com a construção do transepto e duas das capelas laterais (46).

Em 28 de Agosto de 1626 fez-se a inauguração da nova igreja com a presença do Prior Geral da Congregação Dom Sebastião da Graça e Prioros dos outros mosteiros (47).

1627 - Triénio de Dom Bartolomeu da Visitaçam.

Obras de pedraria na sacristia - lageamento e lavatório - e cobertura do transepto; azulejamento da sacristia, casa do capítulo, de profundos, escada do claustro e dormitório dos noviços.

Fezse também o passal da Igreja de Travação (48).

1630 - Triénio de Dom Andre da Cruz.

Não se fizeram obras no mosteiro.

O Padre visitador mandou acrescentar duas novas capelas ao projecto existente, e lagear o exterior da Sacristia. Mais ordenou que se respeitasse o debuxo e se continuasse com as obras da igreja (49).

Constuiu-se a casa do Abade de Cerzedo (50).

1632 - Triénio do Prior Dom Faustino da Cruz.

Continuaram-se as obras da igreja - não especificadas (51).

1633 - Triénio de D. Bartolomeu da Visitaçam.

Obras de pedraria: construção de quatro capelas laterais (as últimas) e continuação do azulejamento das dependências monásticas e dormitórios.

Eriju-se também o primeiro retábulo que teve a Capela-mor (52).

1636 - Triénio de D. Augustinho da Trindade (53).

Recomendação para que se continuasse as obras da igreja - "e não se apartara do debuxo dellas", e conserto do muro da cerca.

Ordem para a construção de um cárcere.

Ordem para se continuar com a elaboração do Tombo das propriedades do mosteiro - objectivo primordial mesmo que, para tal fosse necessário mandar cessar "de todo" as obras (54).

C - O Mosteiro do Salvador de Grijó.

1. A Igreja.

1.1. A Capela-mor.

Vimos já que a Igreja do Mosteiro de Grijó começou a ser levantada

tardiamente. O lançamento da primeira pedra, neste caso na capela-mor, é de 29 de Abril de 1612. A sua construção foi, contudo, demorada e só estaria pronta por 1624, quando é forrada de azulejos e se inicia o transepto e duas das capelas da nave. Até 1626, ano da inauguração da igreja - a 28 de Agosto -, os ofícios religiosos continuaram a ser realizadas na igreja velha, cuja localização exacta ignoramos.

As obras da capela-mor - no século XVII - são dadas por findas somente em 1633, quando da colocação do seu retábulo, que não é o que actualmente serve, feito em 1711 por Mestre Filipe da Silva (55). São também do século XVIII os azulejos que ainda hoje conserva.

1.2. O Transepto.

As notícias sobre as obras no transepto são um pouco ambíguas: construído a partir de 1624, a sua cobertura só se efectuaria em 1627, ano em que também se levantou o arco cruzeiro, verdadeiro arco triunfal, que dá acesso ao santo-dos-santos que é a capela-mor. No entanto, em 1626 as obras já deviam estar suficientemente adiantadas para permitir - e justificar - a inauguração da igreja, que, com a pompa que lhe era devida, se fez a 28 de Agosto, dia de S^{to}. Agostinho, inspirador das regras que norteavam a Ordem dos Crúzios de S^{ta}. Cruz de Coimbra.

1.3. Nave e Capelas Laterais.

A ambiguidade já atrás referida para a datação da construção do transepto aumenta no que se refere à nave e às seis capelas laterais inter-comunicantes - três de cada lado que a igreja ainda hoje tem: primeiro, porque as duas primeiras capelas laterais se levantaram em 1624, no triénio do Prior D. Lourenço da Piedade, e as quatro restantes só ficaram prontas a partir de 1636, quando esta casa monástica era governada por D. Bartolomeu da Visitação; segundo, porque em 1630, o Visitador enviado por S^{ta} Cruz de Coimbra recomendava que se sujeitasse à apreciação dos architectos o acrescentamento de mais duas capelas laterais ao projecto inicial, julgado necessário, "porquanto parece que o pede a arte na opinião de quem o entende" (56), muito provavelmente um mestre religioso, à semelhança do emanado do Capítulo Geral de 1578. Não sabemos se esta sugestão terá sido acatada, embora seja anterior à construção das quatro últimas capelas laterais, datadas de 1636 pois, se por um lado exigia a alteração do projecto inicial, por outro lado, faria supor a existência de uma primeira planta com quatro capelas, solução pouco frequente na arquitectura nacional da época e, estranha, ainda por cima, ao monumentalismo expresso no programa architectónico do conjunto de S. Salvador de Grijó - com clara articulação entre o corpo da igreja e as dependências monásticas, muito especialmente com o claustro.

1.4. Coro Alto.

Em Grijó deparamos com a existência de um pequeno coro - na capela-mor com o respectivo cadeiral setecentista -, e um outro, o "coro alto" aos pés da nave, construído sobre a galilé. A datação do segundo é, juntamente com a fachada actual, difícil de estabelecer. Em 1636 o coro que então servia foi derrubado, possibilitando a continuação das obras das capelas laterais, por razões que se prendiam com a segurança dos Religiosos, particularmente sentida nas fortes tempestades de Dezembro de 1634. A partir daí - e até à construção do actual -, os ofícios nocturnos eram realizados na capela do dormitório, enquanto os diurnos se desenrolavam na capela-mor, aparelhada para o efeito (57). Até 1644 não temos qualquer notícia respeitante ao coro alto. Assim, supomos que ele terá sido construído na mesma campanha de obras da fachada, na qual aliás se integra.

1.5. A Fachada da Igreja.

Dos muitos problemas que o Mosteiro de S. Salvdor de Grijó nos levanta, a datação da fachada "actual" da igreja é, talvez, o de mais difícil resolução. Sobre a sua construção não temos qualquer dado seguro. Deparamos, mesmo assim, com duas possíveis soluções, que permanecem no campo das hipóteses "operativas", até que nova documentação resolva definitivamente o problema:

- a) A fachada da igreja e, como já referimos, o coro situado aos pés da nave, podem ter sido realizados entre 1644, último ano referido na

Crónica de Frei Marcos da Cruz que os não menciona, e 1655, quando a 4 de Abril "*Dominga in albis*", foi celebrado o primeiro Pontifical no Mosteiro de Grijó, depois da Reforma de D. João III e Frei Brás de Braga. Esse acto solene pode-nos fazer pensar que as obras estariam já dadas por findas.

Vejamos, porém, o que nos dizem as "*Visitações*" a partir do princípio do triénio de 1636. Assim, na primeira ordena-se ao Prior de Grijó, sob o preceito da S^{ta}. Obdiência, que mande continuar as obras da igreja "*e não se apartara do debuxo dellas*" (58). Na Carta de Visitação posterior, a meio do triénio, ao mesmo tempo que se ordena a construção de uma nova casa de cadeia, vemos a notícia de que as obras continuam pois "*o Padre prior mandara ao padre que correr com as obras lhe leve as chaves das obras à cela todas as noites*" (59). Mas, nessa mesma carta, há uma outra disposição que altera significativamente o atrás disposto e que nos alerta para as novas prioridades incutidas ao governo da casa - "*o padre prior continuara com o tombo, como lhe estava mandado, e pera o fazer como convém lhe levantamos a obediência de correr com as obras*" (60) -, numa clara referência quer à reorganização patrimonial do mosteiro, quer às dificuldades económicas que se faziam sentir em todo o País.

Se as Visitações posteriores nada dizem de novo sobre a necessidade dos priores continuarem com as obras "*de pedra e a cal*", a partir do meio do triénio iniciado em 1650 são bem explícitas no que se refere à proibição das mesmas: "*Mandamos ao Padre Prior em virtude da Santa*

Obediência e a todos os oficiais [consiliários] que não fação obra alguma de novo (...)" (61). Esta situação - que se mantém ainda em 1656 (62), 1657 (63) e 1659 (64) - não é estranha à difícil situação económica provocada, entre outras razões, pelo esforço dispendido nas guerras da Restauração, para as quais contribuíam os mosteiros dos Cónegos Regrantes de S^{to}. Agostinho. A crise económica fez-se sentir de tal modo ao governo do nosso Mosteiro do Salvador de Grijó que, em 1664, se viu na necessidade de contrair um empréstimo de 60.000 reis, a Agostinho Zuzarte, ao juro de 5%, que vencia em Março do ano seguinte (65).

As razões apontadas - dificuldades económicas - fazem-nos pensar que as obras permaneceram longamente interrompidas, à espera de maior desafogo, numa situação que não era de modo algum única, mas, muito pelo contrário, frequente na segunda metade do século XVII (66).

- b) No século XVIII, e a partir de 1710, há um novo surto construtivo no Mosteiro de Grijó, documentado para a sacristia - "E começando logo pela Sanchristia, a pos na perfeiçam, que conservou te o anno de 1710 em que tudo se renovou, e acrescentou de novo, como adiante se dirá [infelizmente não diz!];" (67) -, e com a colocação de novos azulejos na capela-mor, onde se colocou o novo retábulo (1711) e se fez novo azulejamento das paredes. A conclusão das obras da igreja, com a construção do coro e levantamento do actual frontespício, pode bem ter resultado desta campanha de obras, fruto de uma melhoria progressiva das condições económicas, quer do País, quer do próprio

mosteiro.

Em relação à fachada da igreja há ainda a referir um aspecto interessante - a existência de um projecto para a sua renovação, datável dos meados do século XVIII, numa nítida tentativa de lhe dar não só maior equilíbrio, com a integração de duas torres laterais - que a seguir analisaremos mais detalhadamente -, e a alteração do ritmo das aberturas, para criar uma leitura mais de acordo com a ortodoxia classicista, que imperava na nossa arquitectura desde o último terço do século XVI.

1.6. A Sacristia.

Localizada a sul da capela-mor e dando passagem para o claustro, no qual se integra, a sacristia estava em construção em 1593, com "**obras de pedra e cal**" (68). Afectada pela humidade, a que não era estranha a existência de "**duas fontes contínuas**", que nela corriam, sofreu profundas reformas nos finais do primeiro terço do século XVII - 1627 / 1630.

Foi nesse triénio que se refez o lageamento, com a construção de "**catacumbas**" - solução encontrada para se acabar de vez com a humidade - e se fez a cornija, de pedra trabalhada, o forro do tecto, em caixotões de madeira, o lavatório, de pedra "**de jaspe de Lisboa**", e, por fim, o azulejamento das paredes (69). A sacristia assim deve ter permanecido até 1710, quando foi de novo remodelada, com um novo azulejamento até à cornija, que hoje conserva.

2. As Dependências Monásticas.

2.1. O Claustro.

O actual claustro do Mosteiro de Grijó, que servia o dormitório principal, cozinha, despensa e outras oficinas, começou a ser construído em 1574, ano em que o Prior D. Pedro da Assunção, com pompa e circunstância, lançou a primeira pedra, enquanto se continuava a usar a igreja velha para a celebração dos officios divinos. As obras correram lentamente pois, só em 1594, se fez o contrato da empreitada das suas últimas "quadras" (70), com Gonçalo Vaz. É este mestre de arquitectura que traça o lageamento do claustro, a abertura de oito sepulturas - com as respectivas lages furadas - ea fonte em 1601, como se vê no contrato celebrado a 28 de Dezembro (71).

A escadaria de ligação entre os dois pisos só foi acabada no triénio do Prior D. António da Conceição, que decorreu entre 2 de Janeiro de 1607 e 11 de junho de 1609. Em 1612 as obras estão acabadas, como o prova a cerimónia, efectuada provavelmente nos finais de Junho ou primeiros dias de Julho, da trasladação dos restos mortais dos Religiosos que estavam sepultados no claustro antigo, a que assistiram alguns Priores de outras casas crúzias, que seguiam para o Capitulo Geral da Congregação, realizado a 7 de Julho, no Mosteiro de S^{ta}. Cruz de Coimbra.

2.2. Os Dormitórios.

Em 1564, quando o grupo de Religiosos descontentes com a localização do seu novo Mosteiro do Salvador, na Serra de Quebrantões, e saudosos da primitiva casa de Grijó, a ela regressaram, tiveram de se acomodar nos velhos edifícios que tinham estado abandonados cerca de trinta anos. Como os aposentos de que dispunham não eram suficientes, não obstante a utilização das "cazas dos Priores Mores", viram-se na necessidade de construir, provisoriamente, "hum lanço [de celas] por cima" do velho refeitório, em 1568, aí vivendo até 1599 (72). Os primitivos claustro, refeitório e celas (73), localizavam-se a norte da actual igreja enquanto os actuais se encontram exactamente no lado oposto, a sul.

A construção do novo dormitório dos cônegos acompanhou as do claustro, de que aliás era parte integrante, começando em 1574 (74), continuando em 1593 (75) e acabando em 1599, no que diz respeito às obras de pedraria. A ala sul do dormitório foi totalmente destruída no sinistro que teve lugar em 21 de Outubro de 1608. Só no triénio de D. Bartolomeu da Visitação, iniciado em 26 de Junho de 1633, se forraram as celas com azulejos (76), dando-se por findas as obras do dormitório principal. Este era composto por trinta e cinco celas, vinte e um no lado sul do claustro, oito a norte e seis a poente. O dormitório tinha também uma capela cuja localização exacta desconhecemos, onde se rezaram as matinas, em Dezembro de 1634 (77).

2.3. A(s) Casa(s) do Capítulo.

No Mosteiro de S. Salvador de Grijó existiam duas casas de capítulo. A principal, iniciada juntamente com o claustro em 1574, localizava-se no seu corpo inferior, do lado do nascente. A dos noviços estava integrada na ala dos dormitórios.

O "capítulo principal" foi engrandecido com uma capela - que ainda hoje se pode ver (maltratada!) - em 1579, e no triénio que decorreu de 1627 a 1630 foi forrada com azulejos azuis e brancos.

O "capítulo dos noviços" foi, nesse mesmo triénio, azulejado e fechado com grades de ferro e ainda recebeu um retábulo e um altar "de ~~marcheta~~" para neles se colocarem as Santas Relíquias "com decencia" (78).

2.4. O Refeitório.

Pelas notícias que nos são dadas pelos cronistas da ordem, Frei Marcos da Cruz e Frei Timóteo dos Mártires, sabemos da existência de um refeitório antigo, reconstruído nos anos que medeiam entre 1564 e 1568, sobre o qual se encontrava um grupo de celas, que deve ter sido posteriormente desmantelado, e um outro, novo, inaugurado por D. Nicolau dos Santos, em 1599, juntamente com o dormitório e outras oficinas do "novo mosteiro" (79). Profundamente afectado pelo incêndio de 1608, foi imediatamente remodelado (1609),

com a abertura de três janelas, que substituíram as anteriores que eram muito estreitas. Como tinha humidade, resultante dos canos da água que passavam por baixo do pavimento, houve necessidade de o altear com tijolo. A medida não resultou e a humidade "logo tornou" (80). O refeitório estava situado, juntamente com a cozinha, no piso térreo, por debaixo do dormitório principal, no lado sul do claustro, e dele nada resta actualmente.

2.5. A Livraria e a Casa do Cartório.

As informações sobre a livraria são escassas: sabemos que se localizava no primeiro piso do mosteiro, sobre a sua porta de entrada (81), e foi pasto das chamas em 1608. No triénio de D. Bartolomeu da Visitação - 1627 / 1630 - comprou-se uma "grande quantidade de livros modernos, que nam tinha" e por certo necessários ao funcionamento do Curso de Artes que, de S^{ta}. Cruz de Coimbra, para ali se tinha deslocado.

A casa do cartório que ardeu em 1608 não era a mesma que servia em 1770. A primeira, que se encontrava no claustro superior, ao lado dos dormitórios, deu posteriormente lugar à camararia (82), enquanto a segunda, por certo devido a razões de segurança, foi deslocada para um outro edifício, onde também se achavam as hospedarias, e que ainda hoje existe, à direita do terreiro de acesso à igreja (83).

2.6. A Casa da Audiência e a Torre da Procuração.

Destas duas "casas" pouco sabemos, além das datas das respectivas construções. A resolução para a construção da casa de audiência foi tomada em 12 de Julho de 1575 (84), enquanto a torre da procuração só foi levantada em 1621 (85). O inventário de 1770 não lhes faz qualquer referência.

2.7. As Hospedarias.

O belíssimo edifício das hospedarias - que ainda existe em estado precário de conservação - foi construído entre 1602 e 1605, no triénio de D. Bernardo da Piedade. Localizava-se sobre a portaria de acesso ao mosteiro e estava subdividido em hospedaria para religiosos - celas -, e para leigos "de condição", a quem o mosteiro devia obrigações (86).

2.8. Outras dependências e oficinas.

O Mosteiro de Grijó, como aliás todas as grandes casas monásticas, possuía outras dependências necessárias ao seu funcionamento: a "casa dos criados" (87), a "casa dos moços da Sancrestia" (88), o dormitório dos noviços de feitura setecentista (89), as "casas do gado" e ainda a famosa "botica" (90). Os aídos e as dependências dos criados foram construídas em 1602. A "botica" e "casa dos moços da Sancrestia" são, tal como a ala das celas dos

3. A Torre Sineira.

As sucessivas torres que teve o Mosteiro de Grijó mereciam, só por si, um estudo detalhado.

Em 1576 iniciou-se a construção de uma "torre dos sinos" (92) que se deu por terminada em 1579 (93). Esta primeira torre do novo mosteiro - o edifício anterior tivera outra - encontrava-se isolada da igreja, a sudoeste, e era constituída por uma simples espadana que nobilitava a função dos sinos. Nos meados do século XVIII sentiu-se a necessidade de construir torres mais condignas com a monumentalidade da igreja e que, simultaneamente, "comporiam" a fachada, tirando-lhe a excessiva verticalidade que ainda hoje apresenta. O projecto nunca foi cumprido. No entanto insistiu-se na construção de outra torre que se encontrava principiada em 1770 (94). Esta localizava-se a norte da igreja, junto à passagem do coro alto para a varanda que corre sobre as capelas laterais e não foi terminada. A torre actual, completamente separada do corpo da igreja, é uma construção do nosso século e não acompanha as proporções da igreja, resultando, por isso, perfeitamente estranha!

3. A Torre Sineira.

As sucessivas torres que teve o Mosteiro de Grijó mereciam, só por si, um estudo detalhado.

Em 1576 iniciou-se a construção de uma "torre dos sinos" (92) que se deu por terminada em 1579 (93). Esta primeira torre do novo mosteiro - o edifício anterior tivera outra - encontrava-se isolada da igreja, a sudoeste, e era constituída por uma simples espadana que nobilitava a função dos sinos. Nos meados do século XVIII sentiu-se a necessidade de construir torres mais condignas com a monumentalidade da igreja e que, simultaneamente, "comporiam" a fachada, tirando-lhe a excessiva verticalidade que ainda hoje apresenta. O projecto nunca foi cumprido. No entanto insistiu-se na construção de outra torre que se encontrava principiada em 1770 (94). Esta localizava-se a norte da igreja, junto à passagem do coro alto para a varanda que corre sobre as capelas laterais e não foi terminada. A torre actual, completamente separada do corpo da igreja, é uma construção do nosso século e não acompanha as proporções da igreja, resultando, por isso, perfeitamente estranha!

N O T A S

- (1) Frei Timóteo dos Mártires - Crónica do Mosteiro de Santa Cruz, tomo II, pág. 154.
- (2) Frei Marcos da Cruz - Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1634, A.N.T.T. - C.F. nº 40, IV parte, fol. 340.
- (3) Idem, *ibidem*, fol. 23.
- (4) Idem, *ibidem*, fol. 346vª.
- (5) Idem, *ibidem*, fol. 347.
- (6) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., tomo II, pág. 156.
- (7) A.N.T.T. - Mosteiro de santa Cruz de Coimbra, maço 2.1., fol. 132.
- (8) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 351vª.
- (9) A.N.T.T. - C.F. nº 6, fol. 24.
- (10) A.N.T.T. - C.F. nº 8, fol. 333.
- (11) A.N.T.T. - C.F. nº 6, fol. 26.

- (12) Inês Amorim, op. cit., pág. 154.
- (13) A.N.T.T. - C.F. nº 6, fol. 24.
- (14) A.N.T.T. - C.F. nº 9, fol. 44.
- (15) Frei Nicolau de Santa Maria - Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho, Lisboa, 1668, pág. 342.
- (16) A.N.T.T. - C.F. nº 41, fol. 2vª.
- (17) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., págs. 159/161.
- (18) A.N.T.T. - C.F. nº 41.
- (19) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 340vª.
- (20) Idem, ibidem, IV parte, fol. 23.
- (21) "Nam havia bom commodo para os religiosos no mosteiro antigo; e assy tratou o Prior D. Vicente de lhe fazer hum lanço de celas para o Norte sobre o refeictório, que com ordem do convento deu a execuçam em 8 de Fevereiro de 1568". Idem, ibidem, IV parte, fol. 342vª.
- (22) Idem, ibidem, IV parte, fol. 345vª.

(23) Idem, ibidem, IV parte, fol. 346v^a.

(24) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., pág. 156.

(25) "cazas de Travação (...) celeiro em Travanqua (...) e retabolo em Santa Maria de Vagos." "Dentro deste mosteiro fez muitas obras, dando já principio à torre dos sinos que hoje tem no anno de 1576. No que gastou 1 327 000 reis, no seu tempo, que foi do anno de 1575 ate o de 1578." "No anno de 1575, em 12 de julho assentou o convento deste mosteiro se fizesse hua caza para audiência. E em 13 de Agosto se mudasse o portal da portaria do Carro para outra parte". Idem, ibidem, IV parte, fols. 38v^a/350.

(26) "continuou com as obras com cuidado; e assy no seu segundo anno, que foi o de 1579 acabou a torre dos sinos, para à qual comprou alguns em Lisboa, entre os quais foi o sino grande, que hoje tem, que he muito fermozo. Para a Sanchristia comprou a alcatifa grande (...) E correu com os muros da cerca". Idem, ibidem, IV parte, fol. 351v^a.

(27) "E como por este tempo estivesse a Ermida antiga da Senhora das Neves muito damnificada, assentou com o Convento em 23 de Novembro deste anno de 1581 de que se fizesse outra; a qual fez o Prior D. Bernardo com a perfeiçam, que hoje tem. Fez juntamente o cano da agua de Morracezes ate o mosteiro". Idem. ibidem, IV parte, fol. 356v^a.

(28) Idem, ibidem, IV parte, fol. 360v^a.

- (29) Idem, ibidem, IV parte, fol. 361v^a.
- (30) "Pos as obras do mosteiro em grande altura correndo tambem com o muro da cerca". Idem, ibidem, IV parte, fol. 365.
- (31) "(...) e nas obras do mosteiro mostrou tanto cuidado, que as deixou em bons termos, fazendo 2 quadras da claustra pelo que deu de empreitada a hum Gonçalo Vaz 1 220 000 reis (...) fez tambem outras obras em prata (...). Hiam os priores destes tempos engrandecendo a Sanchristia com obras particulares, com as de pedra e cal, para que assy menos se sentissem. O Prior D. Simam ainda cercou as Devezas de S. Martinho; e por a Igreja desta freguesia estava prometendo ruína, obrigou ao povo a que a fizesse (...)" Idem, ibidem, IV parte, fols. 366/637v^a.
- (32) "Foi o P.^e D. Martinho de S. Maria hum dos Priores, que este mosteiro teve, que com cuidado correram com as obras, e assi gastou nellas nos seus 3 annos passante de 2 474 000 reis. Neste anno de 1597 começou com o cano da agua suja, que vem de Morrazeces; e fes a calçada que vai da porta da Amoreira para a estrada; e acabou a Capella do Capitulo principal. E ainda no anno seguinte de 1598 deu principio ao Tombo deste mosteiro, de que era juiz o D.^{or} Miguel de Barreira." Idem, ibidem, IV parte, fol. 369.
- (33) "Com grande cuidado entrou o prior D. Niculao nas obras; elle foi o que fes o tanque da claustra, o que dourou o Capitulo o que mandou fazer hua das alampadas grandes da Capella mor; o que fundio o Sino de

S. Andre, o que aperfeiçoou o refeitório, e pos todo o mosteiro em estado de poderem viver nelle os Religiosos, os quais se mudaram do mosteiro velho para elle no primeiro anno do seu Priorado, o que fizeram vindo com Cruz levantada, agua benta, e mais ceremonias, benzendo o dormitório, e se comeu no refeitório, (...) gastando nas obras de seu triennio passante de 2 099 000 reis". Idem, ibidem, IV parte, fol. 370vª.

(34) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., pág. 158.

(35) "Em todas as cazas, que o Prior D. Bernardo esteve com o governo dellas tratou do augmento de sua fazenda e obras; e assy neste mosteiro de Grijo fes passante de 20 prazos, e das obras foi muito coriozo. E como o mosteiro por dentro estivesse já quasi acabado, fez a hospedaria para os Religiosos, que consta de Celas; tambem fez a hospedaria, que está sobre a Portaria, para nella se agasalharem as pessoas Leigas de mais porte, e as cazas para criados, para os gados que hoje tem este mosteiro. (...) e com outras obras mais, que no mosteiro fez, gastou o Prior D. Bernardo passante de 2 469 000 reis". Idem, ibidem, IV parte, fols. 373/374.

(36) "Começou o governo do Padre D. Gabriel de (?) em Presidente deste mosteiro de Grijó do fim do anno de 1605; (...) e com não ser bem hum anno se fizeram em obras do mosteiro passante de 417 000 reis". Idem, ibidem, IV parte, fol. 375vª.

(37) Idem, ibidem, IV parte, fol. 378.

(38) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., pág. 159.

(39) "Continuava no Priorado de Grijó o Padre D. Antonio da Conceiçam no anno seguinte de 1608 quando em 22 de Outubro dia das onze mil virgens |Frei Timóteo dos Mártires aponta para o início do incêndio o dia 21 do mesmo mês| entre as 8 e as 9 horas da manhan se pos o fogo ao dormitorio novo, communicado por hum gradal da chaminè da cozinha a hua cela, (...), que se queimou a parte toda do Dormitorio, que corre do Poente para o Nascente ate a primeira entrada, a porta que era nesse tempo a livraria, ardendo todas as officinas, que ficavam por baixo, sem ficar mais que as paredes, e assy bem mal tratadas, e tudo o que em algumas cazas estava, (...) se perpetuou o fogo ate as 4 horas da tarde. (...) Queimou-se a caza onde estava o cartorio, que era a que serve hoje de Camararia, donde se tñrou por grande trabalho o Cartorio, e posto que se pos nisto grande cuidado, não pode ser tanto, que não se queimaçem e desapareçesse alguns papeis, o que foi grande perda para o mosteiro. (...) em tempo do Prior D. Antonio da Conceiçam se fez muito gastando nas obras do mosteiro nos dous annos e meyo que foi Prior passante de 1 086 000 reis, fazendo a escada mor juntamente e para reparo do travejamento mandou o Padre D. Jeronymo da Cruz Prior do mosteiro da Serra com parecer no convento muitos e bons pinheiros. (...) Por causa desta queima tornaram os Padres a comer no refeitório antigo; e o Padre Geral mandou muitos religiosos deste mosteiro para outros, por neste de Grijó não terem celas, mas com tudo isto inda

ficaram 17". Idem, ibidem, IV parte, fols. 377/378v².

(40) A.N.T.T. - C.F. n^o 9, fol. 315v².

(41) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., pág. 161.

(42) "Pos grande cuidado o Prior D. Andre no reparo da queima, que ouve neste mosteiro no anno de 1608 que de facto concluiu no seu triennio, e ainda fes 3 frestas muito fermozas no refeitório por serem muito estreitas as antigas, e o alteou de Caruam (?) e tijolo por baixo para evitar a humidade, que logo tornou. E principiou a Capela mor em 29 de Abril de 1612, alem de que fez algumas peças para a Sanchristia, (...) E mandou pintar o retabolo da igreja de Travasso; gastando em todas as obras do seu triennio passante de 1 325 000 reis. (...) E como o Prior neste anno acabou o seu Priorado, pareceulhe bem tirar da claustura antiga os ossos dos Religiosos, que nelle estivessem enterrados, o que guardou para depois da Paschoa. A estes ossos mandou o Prior embrulhar em huns poucos de involtorios, que se puseram na tumba, a qual esteve posta na capella mor em quanto no Coro se cantou hum officio de Defuntos, com Missa, e Sermam; o que tudo acabado desceu o Convento à Igreja, e em procissam a Levou à Claustura nova, onde em quada cova de sua quada se meteu hum dos involtorios. O que tudo se fez com muita solemnidade, por se acharem presentes alguns dos Priores, que hiam para Capitulo Geral." Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fols. 380/382.

(43) Idem, ibidem, IV Parte, fol. 383.

(44) "(...) e aperfeiçoou a esquada por onde se entra para o mosteiro mudando a janela para o meyo, (...) Nos dous annos seguintes se occupou o Prior D. Lourenço nas obras da Igreja em que gastou passante de 1 130 000." Idem, ibidem, IV parte, fol. 391.

(45) "Nas obras se applicou o Prior D. Jeronymo fazendo no 1º anno a torre da Procuração e no segundo e terceiro continuou com a Igreja, gastando nas obras de todo o triennio passante de 1 225 000." Idem, ibidem, IV parte, fol. 393v².

(46) "Posto o Padre D. Lourenço no cargo de Prior logo tratou das obras da Igreja, e foi bem advertido por que como são obras de pedra e cal, pedem seu tempo. Nellas se applicou com tanto cuidado, que aperfeiçoou a Capella Mayor do azulejo que hoje tem, (...) e pos em estado as duas capellas collaterais e o cruzeiro, que se pudesse dizer Missa nellas; o que de facto se fez em dia de Nosso Padre S. Augustinho do anno de 1626 (...). Gastou no discurso de seu triennio nas obras passante de 2 450 000." Idem, ibidem, IV parte, fols. 397/397v².

(47) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., pág. 161.

(48) "E como ao tempo que o Prior D. Bartolomeu entrou no mosteiro estava a Igreja de parêdes bastante para nella se dizer Missa muitos annos, e recolher a seus fregueses, se occupou em aperfeiçoar, o que estava

feito, e em ornar, e enfeitar esta sua primeira espoza de ornamentos em este seu triennio. E começando logo pela Sanchristia, a pos na perfeiçam, (...); feslhe soteas e catacumbas por baixo para lhe tirar a humidade grande, que tinha de 2 fontes continuas, que nella havia, e por sima lisonja de pedra. Caixões de marcheta e bofete do mesmo, lavatorio de jaspe de Lisboa, com porta fechada na Sanchristia, que hoje conserva, e dantes nam tinha, e toda a Sanchristia azulejada de lavrado e rico azulejo. (...) fez mais obras em tecidos, (...) e prata (...).

E como o lugar da Igreja he todo humido se fez cruzeiro todo de abobeda e 20 palmos de alto, e por sima com sua lisonja de pedra, dizendo no concerto com a abobeda da Igreja, que fica em sima do mesmo cruzeiro, e ainda se fundio hum sino grande, que pertence ao ornato da Igreja, o qual ficou com bom som. No mosteiro por dentro se aperfeiçoou o capítulo principal, vestido todo branco delle de azulejo azul, e branco de sorte que hoje está; e no dormitorio se concertou a Capela do capitulo dos novos com o retabolo e altar que tem de marcheta, azulejo nas paredes e grades de ferro, tudo para com decencia estarem as Santas Reliquias, qua antes estavam em hua cella, e as cruces, e mais prata guardadas com decoro. Mais se concertou o De profundis de azulejo com a esquadra que tem para o dormitorio (...). Na Livraria se pos quantidade de livros modernos, que nam tinha. (...) concertouse as cazas da Igreja de Travasso (...).

Alguas obras mais se fizeram dentro deste mosteiro, as quais todas

fizeram de custo em dinheiro passante de 2 845 000. alem do gasto, que fizeram 3 officiais dos caixões em 16 meses, que residiram no mosteiro, e 5 azulejadores do mosteiro, que vieram de Lisboa, em sinco mezes, que nelle se occuparam, sustentando a todos no tempo referido de comer, beber, cama e caza; e no Mestre das obras dandoselhe de mais a sua pitaça; o que deziã os officiais do mosteiro montaria tudo muito perto de duzentos mil reis." Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fols. 402/406v².

(49) A.G.V.C. - Convento de Santa Cruz, n^o 182, fol. 3v².

(50) Idem, IV parte, fol. 409v².

(51) "(...) e tambem continuou com as obras da igreja, em que gastou bastante dinheiro." Idem, IV parte, fol. 409v².

(52) "Houve grandes tempestades (...) e chuvas e ventos fortes (...) e assy por recearem os religiosos deste mosteiro, que cahisse o tapamento da Igreja sobre o coro da noite, ordenaram neste Dezembro de 1634. se rezaçem as matinas de noite na Capella do Dormitorio. E assy de todo se tirou o coro em Fevereiro de 1636. derrubandose para as obras das capellas poderem ser bem servidas, e se aparelhou a capella mor para nella se poderrezar de dia. (...) Entrando desta segunda vez no Priorado o Padre D. Bartolomeu logo tratou das obras de pedra e cal da Igreja, que como sam vagarosas, requerem muito tempo, metendo logo nellas muitos officiais; mostrando nesta acçam serem estas o seu total

empenho neste segundo Priorado; e assy se fizeram nella todas as 4 Capellas da Igreja em redondo te o cordam com o portal te a cornija com hua pedra por sima; fazendo mais o retabolo da capela mor em preto, que fez de custo em dinheiro 641 689. (...) e fez obras de prata e tecido (...).

Imitando o Prior D. Bartolomeu aos seus antecessores, que como verã, o que estas memorias ler, com as obras de pedra hiam fazendo pouco a pouco as da Sanchristia. Alem de que trazia o prior D. Bartholomeu nas obras de pedra todos quantos officiais pode aver, chegando a serem 31. Os de picam. Tambem dentro do mosteiro se fizeram algumas obras neste mesmo triennio, como foi o forraremse as duas cazas, e entrada, que estavam sobre a Sanchristia com ladrilho por baixo, e azulejo em sinta per sima. Mais se ornaram os dormitorios com sinta de azulejo pintado. As quais obras todas fizeram de custo em dinheiro 3 028 981. Alem disto se gastou mais com o Mestre das obras 7 carros de trigo fora o comer, e pitanças. Hum carro de trigo mais de merenda o Mestre do retabolo; o comer de 3 moços em 3 annos, que eram officiais. o que comeram 4 azulejadores em 4 meses. 7. officiais do retabolo 3. meses, o que tudo orçaram os officiais em mais de 120 000 reis." Idem, IV parte, fols. 410/414v².

- (53) Frei Marcos da Cruz, na sua Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, diz que D. Agostinho da Trindade foi prior de 29 de Junho de 1636 até ao ano de 1644. Não conhecemos contudo as razões de tão longo priorado, contrário às normas que vigoravão nas eleições - trienais -

dos priores e presidentes dos mosteiros da Congregação dos Cónegos Regulares da Ordem de S. Agostinho de Portugal.

(54) A.G.V.C. - Convento de Santa Cruz, nº 182, fols. 43/43vª.

(55) A.D.P. - Mosteiro de Grijó, nº 13, fol. 32.

(56) A.G.V.C. - Convento de Santa Cruz, nº 182, fol. 3vª.

(57) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 411vª.

(58) A.G.V.C. - Convento de Santa Cruz, nº 182, fol. 43.

(59) Idem, fol. 43vª.

(60) A.G.V.C. - Convento de Santa Cruz, nº 182, fol. 43vª.

(61) Idem, fol. 85.

(62) Idem, fol. 103.

(63) Idem, fol. 105.

(64) Idem, fol. 112vª.

(65) A.D.P. - S.N., P.O. 5ª, 1ª S., nº 65, fols. 1vª/2.

- (66) Situação análoga encontramos também no Colégio de S. Lourenço do Porto. Fausto Sanches Martins - O Colégio de S. Lourenço. 1560 - 1774, Porto 1986 (Trabalho de síntese no âmbito das provas da carreira docente de aptidão pedagógica e capacidade científica - policopiado).
- (67) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 402.
- (68) Idem, ibidem, IV parte, fol. 366.
- (69) Idem, ibidem, IV parte, fols. 402/402v^a.
- (70) A.N.T.T. - C. F. n^o 41, C. 2, fol. 45v^a.
- (71) A.D.P. - S. N., P.O. 5^a, 1^a S., n^o 1, fols. 138/140.
- (72) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 23 e Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., tomo III, pág. 158.
- (73) Estas primitivas dependências são feitas já na segunda metade do século XVI, durante o governo de D. Basílio, primeiro prior depois da mudança, como se deduz da leitura de Frei Marcos da Cruz: " e logo no outro dia (...) procedeu a eleição do novo Prior, a qual se fez na Igreja, por não haver então claustro, (...) e (...) logo se occupou em o refazer com claustro, e cellas, (...) o que ficava para a outra parte da Igreja Nova ao Norte". Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fols. 340/340v^a.

- (74) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., tomo II, pág. 156.
- (75) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 365.
- (76) Idem, ibidem, IV parte, fol. 412.
- (77) Idem, ibidem, IV parte, fol. 411v^a.
- (78) Idem, ibidem, IV parte, fol. 403v^a.
- (79) Frei Timóteo dos Mártires, op. cit., tomo II, pág. 158 e Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 370.
- (80) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 380v^a.
- (81) Idem, ibidem, IV parte, fol. 403v^a.
- (82) Idem, ibidem, IV parte, fol. 377v^a.
- (83) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, n^a 95, fol. 8v^a.
- (84) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 349v^a.
- (85) Idem, ibidem, IV parte, fol. 393v^a.
- (86) Idem, ibidem, IV parte, fol. 373.

(87) Idem, ibidem, IV parte, fol. 373.

(88) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, nº 95, fol. 8.

(89) Idem, fol. 9vª.

(90) Idem, fol. 8.

(91) Frei Marcos da Cruz, op. cit., IV parte, fol. 403vª.

(92) Idem, ibidem, IV parte, fol. 349.

(93) Idem, ibidem, IV parte, fol. 351vª.

(94) A.D.P. - S.M. - Mosteiro de Grijó, nº 95, fol. 183vª.

C A P Í T U L O I I I

Artistas e Artífices

A - FRANCISCO VELASQUEZ.

A actividade do "arquitecto" Francisco Velasquez na Igreja e Mosteiro de Grijó é, ainda hoje, completamente desconhecida. A notícia da sua ligação às obras desta casa monástica é-nos dada por Frei Marcos da Cruz na Crónica a que nos referimos. Contudo, o laconismo da informação - **"e fossem feitas estas obras pela planta que fez Francisco Velasquez hum dos bons Architettos da quelles tempos"** (1) - não nos ajuda à compreensão do real papel do tracista no período de pouco mais de meio século que é o do decurso das obras. Por outro lado, quando este artista fez a planta da nova Igreja e Mosteiro de Grijó - 1572 -, estava já perto do fim da sua carreira que, em Portugal, está registada desde cerca de 1560, ano em que, como empreiteiro começou a sua intervenção nas obras da nova Sé de Miranda do Douro. Morre em 1576, tal como se comprova pela inscrição de uma campa rasa de granito esculpido dessa mesma igreja com o seguinte texto: **"Francisco Velasquez, mestre que foi desta Sé"** (2).

Em Miranda do Douro, Francisco Velasquez deve ter substituído Pero de La Faia, que se encontrava nessa cidade desde 1552, como mestre das obras da Sé. Em 1560, o mestre das obras devia ser já o nosso arquitecto pois "em Maio desse mesmo ano D. João III mandou passar duas cartas de privilégios a seu respeito" (3). Entre 1560 e 1576 a única notícia que temos deste artista é a que já transcrevemos, datada de 1572. Nada mais dele sabemos - quer sobre a sua vida, quer sobre a obra. Sousa Viterbo refere-nos a sua nacionalidade - espanhol - mas nada diz sobre a sua formação e trabalhos anteriores à intervenção na obra da nova catedral, fundada por D. João III em Miranda do Douro (4). A

sua proveniência deve ser Valladolid - centro importante na formação do primeiro classicismo peninsular - já que, no início do segundo terço do século XVII, o autor do retábulo da capela-mor da Sé de Miranda, mandado fazer nessa cidade espanhola, foi Tomás Velasquez (5). Seria Francisco Velasquez um architecto de retábulos ou, pelo menos, membro de uma família ligada à architectura retabular? Não o podemos afirmar e, da sua passagem pela cidade raiana, nada podemos aduzir, em termos estilísticos, que nos elucide sobre o seu gosto e formação, não obstante o espanholismo que tradicionalmente é atribuído ao conjunto monástico crúzio de que foi tracista.

B - GONÇALO VAZ.

As notícias sobre este mestre de architectura são frequentes e aparecem-nos num período relativamente longo - 1581 / 1671. Podemos, pois, afirmar a importância deste artista como responsável pelas obras do mosteiro - seguramente - e talvez mesmo Igreja de S. Salvador de Grijó, não só como empreiteiro das obras mas também como tracista.

Tentemos, para melhor compreender o significado da sua actividade em Grijó, elaborar cronologicamente um quadro completo do seu percurso como mestre de pedraria das obras do mosteiro. Encontramos a primeira notícia num "auto de reconhecimento de um terço de casal de Morracezes de Baixo" de 2 de Setembro de 1598 (6), com referência a "Afonso Vaaz e Guonçallo Vaaz", irmãos de Valladorinhos e testemunhas de um emprazamento efectuado em 6 de Fevereiro de 1568. Será este "Guonçallo Vaaz" o mesmo que em 5 de Abril de 1581, e de

novo como testemunha de um prazo, é referido em termos já claros, "Goncallo Vaaz, mestre de pedraria das obras do Mosteiro" (7) ? Pensamos que em 1581 a sua situação profissional está já bem assente como responsável pela direcção das obras do mosteiro. Mas as notícias continuam. Em 17 de Dezembro de 1582 é citado num instrumento de venda de uma "torrinha e acento na aldeia de Morracezes", do casal de António Afonso-o-velho e estando presentes João Fernandes e sua mulher Ignácia Fernandes, que "possuam uma casa terreria, um alpendre, uma ramada à porta, um quintalinho onde faz horta, onde agora vive Gonçalo Vaz mestre de pedraria do Mosteiro de Grijó e a propriedade é do dito Mosteiro" (8). Quaisquer dúvidas desaparecem com a continuidade das informações. Assim, no "Index de todos os breves, doações e mais papéis que estão em todos os Armarios e sacos do cartorio do mosteiro de Grijó feito no año de 1622" encontra-se um "contrato que fez Gonçalo Vaz mestre das obras sobre a empreitada das últimas quadras da claustra no ano de 1594" (9).

"Gonçalo Vaz de Morracezes" é testemunha, em 2 de Setembro de 1598 de um auto de reconhecimento de um sexto de um casal de Morracezes de Cima (10), de um auto de reconhecimento de um sexto de casal em Morracezes de Baixo (11) e de um outro "auto de reconhecimento de meio casal em Morracezes de Cima" (12). No dia seguinte - 3 de Setembro de 1598 - deparamos com outra informação preciosa: o nome da mulher do mestre pedreiro - Beatriz Luís - que com ele é testemunha de um auto de reconhecimento de meio casal de Morracezes, feito na casa da portaria do Mosteiro de Grijó, auto que a "sobredita Briatiz Luís assinou por sua mão por saber escrever" (13). Nesse mesmo dia testemunha outro auto de reconhecimento, para a elaboração do Tombo das propriedades do mosteiro então em curso (14), continuando a testemunhar nos dias seguintes: 4 (15), 16 e 17

(16) de Setembro do mesmo ano. Por outro lado, no dia 5 desse mês de setembro, "Gonçallo Vaaz, mestre de pedraria do Mosteiro, morador em Morracezes" é citado com um dos "informados" num auto de informação sobre casaís em Morracezes (17).

Finalmente em 28 de Dezembro de 1601, Gonçalo Vaz faz um contrato com o Prior e conciliários do Mosteiro de Grijó para "lhes aver de lagear de pedraria boa e limpa a sua casa do capitulo novo e claustra na maneira seguinte de lizonja asy a dita Claustra como capitulo (...) e no meo da dita claustra para elle mestre hũa fonte de pedraria (...) que tera hũ degrao per cima do lageamento da claustra sobre que a de asetar o tanque en que ha de de cahir a agoa (...) e tudo ysto coforme ha traça mostrou que outro sy esta assinada per elles padre prior e mestre (...)" (18).

Em 20 de Outubro de 1603 Gonçalo Vaz e sua mulher, Beatriz Luís - através de uma procuração passada ao marido -, vendiam uma devesa a Domingos António, pedreiro, por esta se encontrar entre as terras deles e as deste último (19). Depois vemos, e já no ano seguinte, a actividade deste mestre pedreiro alargar-se significativamente à cidade do Porto onde em 1604 Gonçalo Vaz "arrematou a obra do conserto dos canos dos chafarizes de S. Domingos e Rua Nova (chafariz das Congostas)" (20). A 25 de Fevereiro de 1606 vemo-lo a "assistir em dois meios dias semanais à obra do Mosteiro de S. Bento da Vitória, a dar ordens e todos os mais dias de que houver necessidade" (21) recebendo por tal 20.000 reis por ano. Ainda em 1606, aparece mencionado como "Mestre das obras" do Mosteiro de S. João Novo dos Agostinhos calçados e finalmente, em 1617, trabalha no "cano de água", que da Fonte das Virtudes devia levar a dita água para o referido Mosteiro (22).

Acompanhamos pois, num período extremamente longo - cerca de 36 anos -, este artista, inicialmente referido como mestre pedreiro e, já em 1601, mestre de arquitectura de pedraria, desde o couto de Grijó (onde teria provavelmente nascido) até à cidade do Porto, sempre ligado a obras que as grandes famílias monásticas - Regrantes de S^{to}. Agostinho, Agostinhos Calçados e Beneditinos - então realizavam, no movimento reformista a que já nos referimos anteriormente.

C - OUTROS ARTISTAS.

Francisco Velasquez e Gonçalo Vaz não são, não obstante a sua importância, os únicos artistas de que temos notícias nas obras da Igreja e Mosteiro de Grijó. Desde 1580 - data provável do início efectivo das obras do mosteiro - até 1609, encontramos, esparsos na documentação do mosteiro, outros artistas e artífices cuja presença é assinalada, por vezes, como testemunhas de contratos - tal como verificamos acontecer com o mestre pedreiro Gonçalo Vaz - ou ainda do terrível incêndio que em 1608 destruiu parte das dependências conventuais.

1 - PERO SOARES - pedreiro, é referido em 1579 - "contrato e fiança do muro da cerca deste mosteiro que fez Pero Soares no ano de 1579" (23).

2 - BALTASAR GONÇALVES - mestre de pedraria, assina em 26 de Abril de 1580 e no Mosteiro de Grijó, a procuração e a autorização dos padres de

Grijó e Santa Cruz para a "escritura de venda dos direitos, colheitas e portagens de Sobreira Formosa e Serzedas" (24).

3 - BALTASAR JOÃO - pedreiro, morador em Canelas do Couto de Grijó, é citado como testemunha num empraçamento de 1594, feito por Gonçalo Vaz e sua mulher Beatriz Luís, de um meio casal de Morracezes (25).

4 - JOÃO RODRIGUES - pedreiro, morador em Morracezes, é citado - tal como o anterior - como testemunha num empraçamento de 1594, feito pelo seu mestre Gonçalo Vaz, e mulher, de um meio casal de Morracezes (26).

5 - TOME ALVARES - pedreiro, morador na Póvoa, é citado, em 24 de Fevereiro de 1601, como testemunha num "arrendamento por nove anos de um campo (...)" (27).

6 - DOMINGOS ANTÓNIO - pedreiro, compra, em 20 de Outubro de 1603, uma devesa a Gonçalo Vaz e mulher, como já referimos (28).

7 - SEBASTIÃO FERNANDES - carpinteiro, morador no lugar de Passos, freguesia de Cerzedo, do concelho de Gaia, "estando a trabalhar nuns forros na casa do Oratório que está no dormitório" testemunhou "in loco" o incêndio de 1608 (29).

- 8 - ANTONIO ALVES - carpinteiro, morador na Ervilhaca, "estando com Sebastião Fernandes e outro que trabalhavam no forro do Oratório" foi testemunha presencial da destruição parcial de 1608 (30).
- 9 - JOÃO FERNANDES - pedreiro, morador no lugar de Morracezes, "trabalhando nas obras de pedraria do dito Mosteiro chegou a elle testemunha e outros officiaes que hi estavam" notícia do terrível incêndio de 1608 - 21 de Outubro - que começando na cozinha atingiu grande parte dos edificios conventuais - incluindo o cartório que se refazia neste mês de Abril de 1623 - sem contudo chegar à Igreja (31).

No período que estudamos não encontramos mais artistas - mestres ou oficiais - embora adivinhemos a sua passagem através dos documentos de contrato que, contudo, os não individualizam (32).

N O T A S

- (1) Frei Marcos da Cruz - Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, 1634, A.N.T.T. - C.F. nº 40, IV parte, fol. 346vª.
- (2) Dalma Umbelina Pereira - A Sé de Miranda na Architectura do Renascimento em Portugal, Lisboa, s/d. (tese de licenciatura apresentada na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, policopiada), pág. 18.
- (3) Francisco Marques de Sousa Viterbo - Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a Serviço de Portugal, 3 vols., 1899/1922, pág. 170 do III vol.
- (4) Idem, ibidem.
- (5) Dalma Umbelina Pereira, op. cit., pág. 19.
- (6) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, códice nº 88, fol. 230.
- (7) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, códice nº 88, fol. 227.
- (8) A.N.T.T., códice nº 6 da Casa Forte, fols. 30vª/33.
- (9) A.N.T.T. - C.F., códice nº 41, c.2., fol. 48.

- (10) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, códice nº 88, fol. 266.
- (11) Idem, fol. 246.
- (12) Idem, fols. 218/220vª.
- (13) Idem, fols. 222/224.
- (14) Idem, fol. 210.
- (15) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, códice nº 89, fol. 31.
- (16) Idem, fols. 110/120vª.
- (17) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, códice nº 88, fol. 204.
- (18) A.D.P. - S.N., P.O. 5ª, 1ª série, nº 1, fols. 138/140.
- (19) Idem, 1ª série, nº 4, fol. 13.
- (20) A.D.P. - S.M., Mosteiro de S. Bento da Vitória, 20-11ª-19 (fundo do Dr. Magalhães Basto).
- (21) Artur de Magalhães Basto - Apontamentos para um dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII, colecção Documentos e Memórias para a História do Porto - XXXIII,

Publicações da Câmara Municipal do Porto e Gabinete de História da Cidade, s/d., pág. 537.

- (22) A.D.P. - S.M., Mosteiro de S. João Novo - 21-9-14, fols. 40/41 (fundo do Dr. Magalhães Basto).
- (23) A.N.T.T. - C.F., códice nº 41, fol. 48vª.
- (24) A.N.T.T. - C.F., códice nº 8, fol. 333.
- (25) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, códice nº 88, fols. 222/224.
- (26) Idem.
- (27) A.D.P.- S.N., P.O. 5ª, 1ª série, nº 4, fol. 13.
- (28) Idem, 1ª série, nº 1, fols. 195/196.
- (29) A.N.T.T. - C.F., códice nº 9, fols. 315vª/319vª.
- (30) Idem.
- (31) Idem.
- (32) Tal como acontece no contrato estabelecido entre Gonçalo Vaz e o mosteiro e que transcrevemos na íntegra. A.D.P. - S.N., P.O. 5ª, 1ª

série, n°1, fols. 138/140.

C A P Í T U L O I V

Análise Artística

A - OS MOSTEIROS DOS CÔNEGOS REGRANTES DE SANTO AGOSTINHO NA ARQUITECTURA
PORTUGUESA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI E SÉCULO XVII.

I

A intensa actividade architectónica dos reinados de D. Manuel I e D. João III deixou marcas profundas nos mosteiros da congregação de S^{ta}. Cruz de Coimbra. As renovações das suas casas começaram pela cabeça da ordem - S^{ta}. Cruz - e continuaram, por todo o século XVI, com a construção dos Mosteiros de S. Agostinho da Serra, S. Salvador de Grijó, S. Vicente de Fora e S. Salvador de Moreira da Maia. No século XVII S. Teotónio de Viana foi a única fundação importante da ordem, enquanto S^{ta}. Maria de Lândim timidamente se renovava, seguidos, já no século XVIII, por S. Simão da Junqueira. Neste último século, e na sua primeira metade, foram de novo profundamente "tocados" pela actividade architectónica febril que o país atravessava, caracterizada já pelo desenvolvimento e afirmação da "nova" estética barroca.

A Igreja e Mosteiro de S^{ta}. Cruz de Coimbra foi reconstruída a partir de 1507 por Mestre Boutaca, "alterando apenas o seu interior, que unificou, fazendo uma nave única e uma capela de cabeceira quase da largura daquela (...)

(1). A renovação da casa crúzia de Coimbra contou com a intervenção de alguns dos melhores artistas do tempo: Diogo Pires-o-Moço, Marcos Pires, Diogo de Castilho, João de Ruão e Nicolau Chanterenne. Santa Cruz, ligada ao padroado régio e Panteão dos dois primeiros reis foi, a partir de 1527, reformada por

Frei Brás de Braga, iniciando-se assim um processo que se estendeu a toda a congregação, sob a orientação ideológica de D. João III que, nas suas deslocações à cidade do Mondego teria, para o claustro desenhado na manga a sua fonte, dando origem ao topónimo que utilizamos. Obra do arquitecto Pedro Nunes Tinoco - e construída entre 1622 e 1624 - a Sacristia de S^{ta}. Cruz tem uma excepcional qualidade "plástica" podendo ser considerada uma das melhores realizações do classicismo do século XVII, no centro do país.

Documento fundamental para o entendimento da arte - neste caso a arquitectura - do segundo terço do século, o Mosteiro de S^{to}. Agostinho da Serra (do Pilar) foi "fundado" em 1537 por Frei Brás de Braga, com o total apoio de D. João III, para pôr termo à rebeldia dos "cónegos antigos" de S. Salvador de Grijó. Da sua construção - que se prolongou pelo século XVII com alterações de programa construtivo - ocuparam-se entre outros Diogo de Castilho, João de Ruão, Jerónimo Luís e João Lopes. A traça da igreja primitiva, claustro e dependências monásticas deve-se a Diogo de Castilho, como se vê pela correspondência do reformador crúzio (2), e a pensão anual que o mosteiro - então ainda sob a inovação de S. Salvador - lhe atribuíra (3). O claustro do Mosteiro da Serra do Pilar, projectado em Dezembro de 1537 (4), seria terminado cerca de 1576 (5). No século XVII sofreu alterações, tal como o prova a inscrição, com o ano de 1692, numa das cartelas do ático que o remata (6).

São Salvador de Grijó foi o terceiro dos mosteiros da congregação a sofrer reformas arquitectónicas, operadas, como já vimos, entre 1572 e 1636 e posteriormente retomadas, a partir de 1710.

A história de S. Vicente de Fora é, na época moderna, rica de acontecimentos que acompanharam os destinos conturbados de Portugal no fim da II dinastia e posterior integração ibérica, com Filipe II de Espanha. A sua reconstrução foi decidida pelo monarca, pouco depois de tomar posse do seu novo reino, em substituição de uma igreja que, sob a invocação de S. Sebastião - em honra do malogrado rei - se tinha começado a construir no Terreiro do Paço por Afonso Álvares. Dedicada a S. Sebastião e S. Vicente, teve a primeira pedra lançada em 1582 mas a construção só começou em 1590 "com base num programa certamente herreriano, levado a bom termo por Filipe Terzi e Baltasar Álvares" (7). Também este mosteiro viu a suas obras arrastadas pelo séculos XVII e mesmo XVIII, tendo a dirigir-las architectos régios, tal como tinha sucedido com S^{ta}. Cruz de Coimbra.

São Salvador de Moreira da Maia começou a ser reconstruído em 1588. No século seguinte continuavam as obras da igreja e do claustro que ultrapassaram largamente 1622, data referida por Pais da Silva (8) muito provavelmente a partir de "Hum livro em capa de pergaminho, da despeza dos officiaes que trabalharaõ no Mosteiro, e comesou em 1613 the 1622" do cartório deste casa que foi inventariado em 1770, ano da sua extinção (9). A "Carta de Visitação" deste mosteiro passada a 29 de Julho de 1636, no princípio do triénio, mostra-nos claramente que a igreja não tinha abóbada no transepto e o claustro estava também sem cobertura (10). A semelhança do que já referimos para o Mosteiro de Grijó - Capítulo II -, pensamos que as obras do Mosteiro de Moreira da Maia continuaram, entretanto em pleno século XVIII, como o faz crer o "Livro das obras do Mosteiro - 1659/1713" (11), que tal como o anterior é conhecido somente pelo inventário feito para o união das suas rendas ao Real



Convento de Mafra.

Encontramos muitos pontos de aproximação entre o principais mosteiros da congregação dos Regrantes de S^{to}. Agostinho, cujas realizações se estendem fundamentalmente pelo último quartel do século XVI e, grosso modo, primeira metade do seguinte. No entanto as poucas semelhanças raramente ultrapassam o âmbito cronológico. Entre S^{ta}. Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora há a distância que vai da miscigenação estética dos programas artísticos do rei venturoso ao rigor tratadístico e "académico", ao gosto do esclarecido monarca Filipe II. Se nos dois casos apontados a inscrição do primeiro no arranque do século e, do último, no sua ponta final, pode servir de justificação para a existência de programas estéticos tão diferentes - que fazem mesmo esquecer a carga ideológica que presidiu ao mecenato dos dois monarcas, interessados na afirmação da herança do fundador da nacionalidade e, logo, na continuação quase mítica da sua acção, simbolizada pela dotação dos mosteiros que tinham apoiado o génio político de Afonso Henriques (ou dele tinham nascido) - já o mesmo se não pode dizer se compararmos S. Vicente de Fora a S. Salvador de Moreira ou mesmo a Grijó. Para estes já não podemos referir distâncias estilísticas - integram-se nas correntes classicista que no último terço do século XVI nortearam a arquitectura portuguesa. Correspondem no entanto a tipologias que podem encontrar uma explicação - entre outras - na formação dos artistas responsáveis pelas suas traças e direcção das obras.

Os architectos que estiveram na origem do S. Vicente de Fora moderno correspondem ao tipo de artistas que juntavam ao conhecimento das técnicas

construtivas, aprendidas na "fábrica dos edificios", uma formação teórica difundida pela tratadística dos finais do século XV e principalmente a do século XVI - Diego de Sagredo, Serlio, Palladio e Vignola. Os mestres de pedraria e/ou empreiteiros responsáveis pelos mosteiros nortenhos acima referidos, integrados numa estruturação de ofícios ainda medieval, faziam a sua aprendizagem "in loco", com escassos recursos teóricos numa actividade na qual a tradição se fazia sentir fortemente e, quando inovavam, mesmo com o recurso das gravuras de transmissão rápida e eficaz, chegavam muitas das vezes a situações nas quais, como em Grijó, se sente que entre o programa idealizado e a obra acabada teria havido um nítido divórcio que não terá na falta de aptidões técnicas a sua explicação única (ou mesmo mais plausível).

I I

Na arquitectura portuguesa da segunda metade do reinado de D. João III verificamos a tendência para o "despojamento decorativo e a adopção de um frio classicismo de base tratadística" (12), inaugurando-se, por razões de carácter ideológico - autoritarismo político e religioso - um ciclo artístico que terá longa duração e oferecerá resistência às correntes barrocas que desde os finais do século XVI vão rapidamente estender-se à Europa (sobretudo católica) e Novo Mundo. Arquitectura "despojada, fria, límpida e funcional" (13), que oscila entre o estilo chão "de raiz vernácula, marcado profundamente pela prática da arquitectura militar | que a manutenção do impéri o fortemente implantou entre nós|, mas tendo um mínimo de fundamentação teórica na tratadística do renascimento" (14), e um maneirismo que, desde o início do

segundo terço do século XVI, se tinha internacionalizado em leituras balizadas nas vertentes italiana e flamenga.

A corrente italiana conheceu entre nós uma rápida expansão através do célebre tratado de Sebastiano Serlio - *De Architectura Libri Quinque* -, que difundiu o motivo de Palladio (ou serliana) tão glosado na nossa arquitectura da segunda metade do século XVI e século XVII.

A via flamenga - importante para a compreensão da arquitectura religiosa do Noroeste - que se difundiu pelos tratados de Hans Vredeman de Vries e de Wendel Dietterlin é sentida quer nos acidentes decorativos - obeliscos, pirâmides e cartelas que encontramos espalhados pelas fachadas e remates dos edifícios - quer no entendimento das proporções, com o acentuar do verticalismo, atribuído às sobrevivências do gótico, nada comum no mundo dominado pelas estéticas meridionais. O verticalismo expresso nas fachadas e nem sempre acompanhado na concepção do espaço interior - de que Grifó é um exemplo flagrante -, leva mesmo a que estas sejam estruturadas como se fossem elementos com uma vida independente do espaço que fecham - e propõem (1), não sem ambiguidades. É no Porto que encontramos a melhor exemplificação desta ambiguidade. A fachada da igreja do Colégio de S. Lourenço, na sua zona superior, que se eleva além do próprio tecto com falsas janelas cuja função é acentuar o seu carácter cenográfico, sem correspondência no tratamento do espaço interior que é conforme à tradição da melhor arquitectura nacional com raiz em S. Vicente de Fora (15).

Se não devemos maximizar a importância da tratadística não podemos deixar de a referir como difusora de modelos de estruturas, de desenhos de plantas e alçados - muitos de carácter acentuadamente arqueológico -, e de formas - também decorativas - que guiavam os nossos architectos, mesmo que, no que respeita às técnicas, as fórmulas tradicionais fossem menos permeáveis à mudança, especialmente nos centros artísticos afastados da corte e da acção normativa da Escola do Risco do Paço da Ribeira.

Nos inventários das livrarias dos Mosteiros de Grijó, de Moreira da Maia e S^{ta}. Maria de Landim, feitos em 1770, não encontramos nenhuma referência aos tratados que circulavam no país. A sua inexistência não é de modo algum conclusiva provando somente do escasso interesse dos seus cônegos pelas questões de índole artística. Só um olhar atento sobre as bibliotecas das grandes casas crúzias - S^{ta}. Cruz, S. Vicente de Fora e Real Convento de Mafra - poderá levar a um entendimento mais correcto sobre a informação architectónica dos membros da congregação. É de referir que a ordem tinha mestres entendidos em architectura, tal como se vê no disposto na definição 56^a do Capítulo Geral de 1578 (16), e na carta de visitação de 1630 (17), respeitantes às obras do Mosteiro de Grijó. Não conhecemos, no entanto, nenhum "mestre religioso" da congregação que tenha sido o tracista ou o director de obras de architectura e, por outro lado, sabemos da proibição de "informar alguma imagem com cera nem barro ou com outra qualquer materia" (18), imposta pelo Capítulo Geral de 1569 aos membros da comunidade crúzia.

I I I

A arquitectura do Mosteiro de S^{ta}. Cruz de Coimbra não cabe no âmbito cronológico da nossa reflexão (excepção feita à sua sacristia). O Mosteiro de S^{to}. Agostinho da Serra (do Pilar) tem sido objecto da atenção dos especialistas da história da arquitectura portuguesa. A ele têm-se referido, entre outros, Haupt (19), Vergílio Correia (20), Reinaldo dos Santos (21), Nogueira Gonçalves (22), Kubler (23) e Horta Correia (24), muito especialmente ao claustro que tem sido atribuído, com justeza, a Diogo de Castilho, sendo sucessivamente considerado um dos melhores exemplos da arquitectura - portuguesa e peninsular - e maneirista. A igreja do mosteiro, posterior ao claustro (iniciada em 1598) não tem suscitado tanto interesse - nem polémicas - não obstante a clara articulação que entre eles existe e a excelência do alçado da sua rotunda, que Reinaldo dos Santos atribui a Filipe Terzi (25) mas que "bem pode ser ainda de concepção castilhana" (26). O claustro permanece com um caso isolado na nossa arquitectura, pela sua planta circular de estrutura arquivada, ritmada pelas colunas jónicas. A sua galeria circular abobadada com trinta e seis arcos transversais que separam os tramos e têm correspondência no mesmo número de colunas, nos quais se apoiam é dividida em quartelas - duas por cada tramo. Os arcos não respeitam a orientação radial que logicamente se esperaria, não por razões de ordem estética mas por inépcia do mestre das obras. Integrados no claustro do silêncio da Serra do Pilar há ainda a referir as quatro pequenas capelas circulares de aberturas com molduras típicas do primeiro classicismo (ou, se quisermos, do renascimento). Dos artistas que tiveram intervenção no claustro (e mosteiro) do P^e. Agostinho da

Serra - Diogo de Castilho, João de Ruão (27), Jerónimo Luís e João Lopes, os dois primeiros são justamente considerados introdutores da estética da idade humanista - a primeira - e têm a sua actividade estendida a todo o país, com repercussões ainda não completamente estudadas. Os outros dois - mestres de pedraria e empreiteiros - têm também importância, mas neste caso perfeitamente regional e circunscrita ao Entre Douro e Minho e ao de influência da cidade do Porto, a Sul - terras de S^{ta}. Maria da Feira, onde o primeiro foi contratado para levantar a capela-mor da igreja do Convento do Espírito Santo (28).

Enquanto o claustro se construiu entre 1537 (quando foi projectado) e 1576, a igreja actual iniciada em 1598 só estaria terminada no princípio dos anos setenta do século XVII (29). A igreja primitiva, que ainda hoje existe, estaria, por seu turno, concluída em 1567 e fazia parte do projecto de Diogo de Castilho. A "igreja rotunda" é uma obra notável "em que altas pilastras duplas de capitéis idênticos aos de S. Vicente de Fora, suportam uma cornija robusta e se prolongam na decoração da abóbada esférica dividindo-a em panos, que uma decoração maneirista talhada no granito ajuda a monumentalizar" (30). A lição da igreja crúzia de Lisboa está ainda bem presente na feliz solução encontrada para a articulação da rotunda com o claustro do silêncio, por uma profunda nave anexa, rectangular, onde se localizava a capela-mor e o retro-coro.

São Vicente de Fora é simultaneamente a obra filipina com mais consequências - felizes - na arquitectura portuguesa e a expressão mais notória da assimilação programática do maneirismo difundido de Roma a partir do modelo da Igreja do Gesù. Dissemos já que a sua construção, iniciada em 1590, prolongou-se pelo século XVII. A solene inauguração, em 28 de Agosto de 1629,

fez-se à semelhança do que aconteceu em outras igrejas da congregação - Grijó -, quando o templo ainda se encontrava incompleto. Igreja de um mosteiro do padroado régio - tal como S^{ta}. Cruz - teve a dirigir-la os melhores artistas da época. Contou com as contribuições de Juan Herrera - inspirador do programa posteriormente modificado -, Filipe Terzi - cuja intervenção efectiva é desconhecida -, Leonardo Turriano, Baltasar Alvares, Pedro Nunes Tinoco e João Nunes Tinoco.

A planta é composta por uma nave única, ladeada por seis capelas intercomunicantes, com um largo transepto inscrito no seu prolongamento e uma capela-mor alta e profunda, com o altar ao centro, atrás do qual se encontrava o coro. O alçado interior da igreja acentua o carácter elaborado da sua concepção com as capelas separadas por duplas pilastras que sustentam a vigorosa e saliente cornija. A abóbada de canhão que cobre a nave, capela-mor e "braços" do transepto é cortada por rectângulos de diferentes dimensões que criam uma continuidade rítmica que convergia para a cúpula que cobria o cruzeiro - destruída pelo terramoto de 1755 - solução que no Norte não irá fazer sucesso. a iluminação muito distribuída realça os valores plásticos desta arquitetura que um programa marcado por um acentuado monumentalismo consegue sustentar, com claras referência à harmonia e proporção na relação entre forças verticais e horizontais.

"Flanqueada por duas torres, (...) desenha-se [aqui] uma autêntica fachada de palácio com janelas e nichos de frontões alternadamente curvos e rectilíneos (...) sobre uma galilé de sentido escorialesco" (31). O profundo sentido clássico da sua composição está também presente nas torres, com a

sobreposição canónica das três ordens, cobertas por pequenas cúpulas de secção octogonal, sobrepujadas por um lanternim.

São Vicente de Fora, de inspiração Albertiana segundo Kubler (32) e de espírito palladiano pela iluminação do seu interior, mas transmitido em linguagem Herreriana (33), teve a difusão do seu modelo assegurada por Baltasar Alvares - que lhe projectou a fachada - nas igrejas dos Colégios Jesuíticos de Lisboa - S^{to}. Antão -, de Coimbra - Sé Nova -, e no Porto onde a cobertura do cruzeiro teve diferente solução.

Dissemos já que os mosteiro crúzios não apresentam unidade de estilo, como a que já foi defendida para as casas jesuíticas, carmelitas e mesma benditinas, à semelhança do que, no mundo medievo aconteceu com a arquitectura quer de Cister quer mendicante. Apontamos já algumas razões para essa inexistência - que se prendem com a diferente formação e estatuto profissional dos seus projectistas e directores (dos programas construtivos), com raio de acção do mecenato régio e com a persistência de soluções técnicas e formais mais ou menos atávicas, nos círculos artísticos distantes do centro normativo que era a Corte. no Norte do país para onde nos vamos agora deslocar, centrado à volta do pólo, também artístico, que foi o Porto da época moderna, encontramos algumas soluções arquitectónicas que são comuns às igrejas dos mosteiros das ordens religiosas tradicionais, de feição rural que, tal como os crúzios, sentiram na segunda metade do século XVI a atracção da movimentação ideológica e cultural que se centrava então na cidade.

I V

A arquitectura religiosa do Porto sofreu na segunda metade do século XVI um forte impulso que desde o início do segundo quartel de quinhentos se fazia já sentir, embora timidamente, com a construção da igreja do Mosteiro de S. João da Foz e capela de S. Miguel-o-Anjo - resultantes da acção de d. Miguel da Silva -, da Igreja da Misericórdia e do Mosteiro da Serra do Pilar, numa progressão para a estética e técnicas da primeira idade humanista.

NO último terço do século as fundações dos mosteiros - com as respectivas igrejas - dos Agostinhos Calçados, Jesuitas (Colégio de S. Lourenço), Beneditinos e as reformas operadas na Sé (capela-mor), alteraram a feição arquitectónica da cidade estabelecendo definitivamente no burgo a ortodoxia classicista que se estendia então à quase totalidade do país. Sem nos determos na sua análise detalhada, iremos referir alguns dos seus tópicos comuns que irão ser repetidos durante o século XVII e ainda XVIII, no que diz respeito à concepção dos espaços interiores e organização das fachadas. Podemos desde já referir que S. Vicente de Fora aqui também exerceu forte influência, não nas soluções dadas à fachada e capela-mor deste templo mas na articulação da nave única com as capelas laterais intercomunicantes, com a inserção de nichos e o ritmo dos alçados interiores.

Nas igrejas portuenses de finais de quinhentos há soluções comuns que se estendem a Norte e a Sul da cidade, num círculo de influências no qual se inscreve Grijó, que se detectam:

- a) Na articulação da nave com a capela-mor - rectângulo profundo e estreito, abobadado e mais baixo do que a nave.
- b) Na cobertura do cruzeiro onde uma abóbada de arestas substitui a cúpula usada no Sul.
- c) No arco triunfal do cruzeiro - S. Bento da Vitória é excepção.
- d) Na gramática decorativa usada nas fachadas - principalmente - e no interior, de inspiração flamenga com pirâmides, cartelas com enrolamentos, pontas de diamante, etc.
- e) Na cornija excepcionalmente saliente e recortada.
- f) Nos alçados interiores com proporções acentuadamente verticais (Grijó é a este título o caso mais notório e quase paradigmático).
- g) Na inscrição das capelas laterais intercomunicantes (excepção em S. Lourenço), por arcos redondos que se inscrevem na metade inferior dos alçados da nave e são sobrepostos pelas largas janelas ou tribunas.

B - ANÁLISE ARTÍSTICA DA IGREJA E MOSTEIRO DE S. SALVADOR DE GRIJÓ.

I - Breve descrição dos edifícios.

1 - O Espaço envolvente.

O conjunto monástico de S. Salvador de Grijó integra-se numa vasta área - a cerca - que em 1598 foi demarcada (34), apresentando então "um perímetro de [perto] de 4115 varas (4526,5 m) que corresponde aproximadamente ao que hoje (...) mantém" (35). Dentro da cerca ficavam a Igreja, o Claustro, casas, oficinas e demais dependências monásticas, a Torre sineira, as Hospedarias, o terreiro, o "semitério dos fregueses", a "Orta", pomares, ribeiras e moinho.

O corpo principal do edifício monástico (Igreja, Claustro e respectivas dependências: sacristia, casa do capítulo, capela e dormitório), está orientado segundo um eixo estabelecido pelos pontos cardiais Este e Oeste. A fachada da igreja e a entrada para o mosteiro estão voltados a Poente. O terreiro - vasto rectângulo que acompanha o eixo do edifício - é antecedido por um pórtico simples.

2. O Pórtico.

Constituído por um arco de volta inteira sustentado por pilastras e ladeado nas suas faces (exterior e interior) por dois nichos, é tratado à

maneira das portas "de Jerusalém" ou áureas, que são tão frequentes nos santuários portugueses a delimitar os espaços sagrado e profano. O arco sustenta uma arquitrave e uma cornija recta, que são sobrepujadas por um quase frontão, ocupado na face exterior por um nicho que abriga a imagem do Salvador do Mundo. Ladeado por duas pequenas aletas tem nas extremidades e rematadas por dois pináculos duas urnas. Na sua face interior, voltada para o terreiro ostenta duas simples cartelas com enrolamentos. A cornija tem nesta face a seguinte inscrição: ANO DOMINI MDLXXIIII. Ultrapassado este arco triunfal em direcção à igreja, depara-se com um vasto terreiro, formado por um rectângulo, ladeado pelos edifícios das hospedarias (à direita), cadeia e casa da procuração (à esquerda). Ao lado da igreja, ligeiramente deslocada para Noroeste encontra-se isolada a actual torre sineira (fig. 7).

3 - A Igreja.

Ocupando uma área destacada no conjunto, a igreja está situada frente ao terreiro, numa posição frontal, marcada por dois degraus de acesso ao seu adro. A sua planta é perfeitamente rectangular, de acordo com as necessidades litúrgicas impostas pela reforma católica, saída do Concílio de Trento.

A nave da igreja, estreita e comprida (36), é antecédida por uma galilé profunda, e ladeada por três capelas laterais intercomunicantes. O transepto está inscrito no prolongamento da nave. A capela-mor é profunda e compõe um rectângulo com articulação estreita com a nave, colocada aos seus pés (planta I).

3.1. O alçado interior da Igreja de S. Salvador de Grijó é constituído por três arcos de volta perfeita (que correspondem às capelas laterais), sustentados por pilastras simples e separadas por altas pilastras isoladas que sustentam uma arquitrave e cornija, sendo esta saliente e recortada, constituindo uma estreita galeria de circulação usada somente nas grandes solenidades litúrgicas, e com acesso pelo exterior do templo. Por cima das capelas laterais rasgam-se as janelas - três em cada lado - que na face voltada para o claustro só se abrem em dois terços da sua altura.

O coro alto, colocado aos pés da nave é suportado por uma estrutura tripartida arquivada com dois pilares de secção quadrada e que corresponde, grosso modo, à gelilé que se abre para o exterior. O acesso ao coro alto é feito pela galeria superior do claustro e, por seu turno faz passagem para uma varanda, guarnecida com balaústres (37) (fig. 15 / planta II).

O transepto é rasgado por dois óculos e duas portas, a da esquerda dá acesso a um pequeno arrumo de apoio à sacristia e a da direita está fechada pelo pano de parede. As portas são de moldura simples e recta. Os óculos - circulares - são decorados com uma moldura recortada com rolwerk. A arquitrave e cornija do transepto têm continuidade com as da nave. Aqui são, no entanto, suportadas por mísulas de perfil curvilíneo.

O arco cruzeiro, excepcionalmente alto é sustentado por pilastras lisas de decoração. O intradorso é decorado por pontas de diamante e outros elementos da gramática decorativa do maneirismo flamengo. As pilastras que sustentam a arquitrave e cornija, sob um alto plinto, são compostas. O arco

triunfal, decorado com os mesmos motivos do seu intradorso é sobrepujado por um nicho com uma imagem do Salvador. O nicho ostenta um frontão circular e é ladeado por duas aletas e dois pináculos boleados.

A Capela-mor é muito profunda e tem uma grande sobrecarga decorativa expressa na abóbada e cornija, saliente e recortada, sustentada por mísulas que nascem da própria parede. É iluminada por quatro grandes janelas rectangulares de moldura lisa.

A cobertura da Igreja de S. Salvador de Grijó é constituída na capela-mor, nave e braços do transepto, por abóbadas de meio canhão, atravessadas por arcos torais que são sustentados pelas pilastras e mísulas. A abóbada do cruzeiro é de cruzaria de ogivas semelhante à das igrejas de S. Bento da Vitória, do Colégio de S. Lourenço e S. João Novo do Porto (corte transversal I). As abóbadas são divididas em caixotões, de superfície lisa e molduras salientes, de forma rectangular que na capela-mor apresentam uma profusão decorativa notável.

3.2. O alçado exterior da igreja é austero e caracteriza-se por uma rígida nudez nos lados Norte, Sul e Este - cabeceira da capela-mor. As paredes exteriores dispõem-se em dois planos. O inferior, saliente, corresponde ao muro exterior das capelas intercomunicantes. É completamente fechado e isento de quaisquer acidentes tectónicos ou decorativos. Na face Norte sustenta uma larga varanda, com as dimensões das capelas laterais. Esta tem um varandim com balaústres sustentado por grossas e toscas mísulas salientes (fig. 15). O plano

superior é limitado pelos braços do transepto e cunhais da fachada. Cortado por quatro pilastras gigantes que suportam a cornija tem, rasgadas no pano da parede, três janelas altas e de moldura simples que iluminam a nave. Na face Sul o pano da parede que corresponde às capelas intercomunicantes está integrado no claustro (fig. 20).

O transepto é atravessado nos cunhais por pilastras lisas. A cornija acompanha o desenho das empenas. A sua impressionante nudez só é esbatida pela abertura, nos braços, de duas janelas - a superior é rectangular e a inferior um óculo que ilumina o cruzeiro (fig. 18). Na face Este do transepto a cornija é recortada por um ressalto que acompanha os cunhais. Um frontão triangular e recortado que sustenta no vértice um pedestal com uma cruz acentua a excepcional verticalidade deste alçado.

A cabeceira acompanha o austero programa do alçado exterior. É cortada por seis janelas quase quadradas na parede a Nascente em duas fiadas paralelas e iluminam o "camarin" (39). As paredes Norte e Sul são ritmadas pelos janelões que iluminam a capela-mor (respectivamente dois e um) e pequenas janelas com ritmo desencontrado que iluminam o "camarin" (figs. 13/14).

3.3. A fachada da igreja desenvolve-se em altura. É dividida em três corpos horizontais. O primeiro é ocupado por uma galilé de três arcos plenos, separados por pilastras dóricas pouco salientes; as pilastras são duplas nos laterais da fachada e sustentam uma arquitrave (com decoração de flor-de-liz) e cornija saliente e recortada. O segundo registo da fachada é composto por um

rasgado janelão central de forma rectangular que é ladeado por dois nichos concheados (com as imagens de S. Pedro e S. Paulo). Sobre os nichos abrem-se duas janelas. A separar os três panos verticais do segundo registo há seis pilastras que acompanham as do corpo da galilé. O ático que está apoiado no entablamento é interrompido a meio pelo alto janelão e ostenta uma profusa decoração geométrica, muito elaborada mas magra. As pilastras do corpo intermédio da igreja apoiam uma arquitrave com mísulas que sustentam uma cornija, transformada em varandim com finos balaústres. O corpo superior da igreja é formado pelo frontão triangular interrompido. O tímpano é cortado por duas portas de acesso ao varandim e, ao centro, por um "óculo" circular e decorado com enrolamentos, ocupado pelo relógio. O frontão é rematado por uma cruz ladeada por dois pináculos em forma de pirâmides a que correspondem os dos ângulos - pares - colocados num alto soco (fig. 1). A fachada é, nos cunhais, atravessada por um par de pilastras caneladas, com o terço inferior generosamente decorado (com os elementos geométricos já referidos). As pilastras apoiam-se em altíssimo pedestal que acompanha todo o corpo da galilé (fig. 16).

3.4. A sacristia é um vasto espaço quase quadrangular, coberto por um tecto painelado em madeira e com uma pequena cornija "recortada" por uma decoração geométrica em losangos, rectângulos e pontas de diamantes inscritos (figs. 25/26). Dá acesso à igreja e ao claustro (planta I).

4. A casa do capítulo, profundamente maltratada é de dimensões médias e tem na parede Norte uma capela formada por pilastras lisas, que sustentam um arco simples de volta perfeita e fina cornija rectilínea isenta de decoração

(fig. 27). A entrada é formada por um pórtico arquivado, com decoração geométrica no seu intradorso.

A escadaria de ligação entre os dois pisos do claustro é de três lanços, coberta por uma abóbada cilíndrica de caixotões estucados nos arcos torais e iluminada por uma janela a meio do seu percurso (fig. 24).

5. O Claustro.

5.1. Muito amplo, fazendo um quadrado com 28 metros de lado, tem onze tramos. Com doze colunas e quatro grossos pilares de secção quadrada nos ângulos é arquivado. Tem duas galerias sobrepostas (corte transversal II). A superior tem elegantes colunas quase compósitas. Os capitéis das oito colunas centrais são iguais enquanto se nota uma ligeira diferença de tratamento nos laterais - dois de cada lado. A cobertura do piso superior do claustro é lisa e de madeira e a do inferior é de abóbada cilíndrica com doze arcos torais assentes na cornija recortada e que correspondem ao mesmo número de colunas que os sustentam.

O piso inferior tem colunas jónicas, assentes em base grossa e recortada. Os capitéis são trabalhados. No intradorso da arquivado dos lanços superior e inferior do claustro encontramos de novo os motivos ornamentais de raiz maneirista flamenga.

A abóbada cilíndrica da galeria inferior arquivado impôs o alto ático que é decorado com doze painéis de azulejos representando os evangelistas

e doutores da Igreja. A profunda severidade deste claustro deveria ser menos sentida com os balaústres do varandim da galeria superior, hoje desaparecidos (fig. 20 a 23).

No centro do claustro há uma fonte com duas bacias circulares, com quatro carrancas na superior e rematada por um pináculo bolboso. Aqui há nos elementos decorativos, a repetição das formas do intradorso das arquitraves, da cornija da sacristia e similitude com as formas ornamentais que aninam a arquitectura da igreja (fig. 22).

5.2. Os alçados exteriores do claustro - que eram ocupados pelos dormitórios, livraria, capela dos noviços, refeitório e cozinha (além da sacristia e da casa do capítulo) - são severos: formados por dois pisos cortados por janelas rectangulares (pequenas a Poente e maiores a Nascente) não têm nada de arquitectonicamente notável. A única excepção a esta pobreza decorativa está expressa pelas sacadas das portas-janelas que, no alçado exterior do Nascente, se sobrepoem às janelas da sacristia (figs. 8 a 10).

Dos edifícios monásticos hoje pouco mais resta que a hospedaria.

6. A Hospedaria.

A Sul do terreiro encontra-se a hospedaria que tem um pórtico de aparelho almofadado. É um edifício elegante, com uma escadaria de dois lanços e

patamar que dá acesso a uma galeria porticada com doze colunas toscanas, sustentada por quatro arcos abatidos. Se for a mesma casa referida na crónica do mosteiro, terá de ser considerada com um bom exemplar de arquitectura "doméstica" seiscentista (38).

7. A Capela Oval.

Já fora do âmbito cronológico deste trabalho há a referir a capela oval, setecentista e contemporânea do projecto de reconstrução da fachada com duas torres e alteração do ritmo das aberturas. O seu estado de conservação deplorável ainda deixa perceber a qualidade do projecto e a graciosidade do desenho, sobretudo nos frontões recortados e apontados dos janelões que a cortam nos seus panos de parede que exteriormente são rectangulares (figs. 11/12).

II - O MOSTEIRO DE S. SALVADOR DE GRIJÓ E A ARQUITECTURA PORTUGUESA DO ÚLTIMO TERÇO DO SÉCULO XVI E O PRIMEIRO DO SÉCULO XVII.

1. O conjunto monástico de S. Salvador de Grijó contém elementos que denotam uma grande ambiguidade sentida logo que se tenta estabelecer uma relação de tratamento entre o exterior austero, maciço e sem decoração, dos edifícios conventuais e a sobrecarga decorativa da fachada da igreja. Esta impressão é acentuada nos alçados exteriores do templo onde as pilastras dóricas que pontuam os panos da parede imprimem uma verticalidade que a cornija

vigorosa não esbate e que atinge a máxima expressão no transepto, com os frontões dos dois braços e parede Norte encimados nos vértices por, e respectivamente, pináculos piramidais e cruz suportados por pedestais lisos de secção quadrangular (fig. 13). A austeridade do desenho dos alçados exteriores da igreja (e pobreza do desenho dos edifícios conventuais) não é estranha no quadro da arquitectura portuguesa da época.

Esta tendência já tinha sido inaugurada em 1565 na nova capela-mor de S^{ta}. Maria de Belém, para só citarmos um caso maior e que tem raízes na actividade de projectistas dos engenheiros militares.

O carácter "desornamentado" dos alçados exteriores de Grijó - onde as molduras das janelas são absolutamente lisas - inscreve-se naturalmente na austeridade - programática e ideológica - da arquitectura peninsular do último terço do século XVI. Já não podemos afirmar o mesmo no que diz respeito à sua fachada "compartimentada em painéis subdivididos, em que os losangos e rectângulos enquadrados lembram desenhos de Vredeman de Vries (...)" (39).

É difícil estabelecer a filiação desta fachada na arquitectura nacional dos finais de quinhentos. Kubler que lhe dedicou algumas páginas na obra "Portuguese Plain Architecture", aponta proximidades com o Escorial e S. Maria presso S. Celso de Milão pela integração num átrio - formado pela torre sineira isolada e edifícios conventuais (à esquerda) e o corpo principal dos dormitórios e hospedaria (à direita) - e pelo desenvolvimento em altura com colunas (aqui transformadas em pilastras) e entablamentos que comprimem as aberturas e ornamentações "into comfortable patterns of opulent anxiety" (39).

Por razões já apontados no Capítulo II pensamos que esta fachada é já setecentista (40). Representaria, assim (caso a hipótese se verifique) uma sobrevivência de fórmulas maneiristas - talvez não entendidas com a carga ideológica anticlássica que o movimento tinha na sua génese - presentes na arquitectura portuguesa até ao arranque definitivo do barroco. O "assumido anticlassicismo da sua verticalidade" (41) pode bem ter nascido de modelos, não nacionais e já seiscentistas, propostos pelo tratado *Arte y Uso de la Architectura* escrito por Fray Lorenzo de San Nicolás em 1633 (42).

O século XVIII - que tinha retomado a ortodoxia clássica - não foi indiferente a Grijó. O projecto de renovação da sua fachada (que felizmente se não cumpriu) propunha a criação de duas torres laterais, que seguem o modelo das que Reinaldo Manuel dos Santos desenhou para a Basílica da Estrela, a redução do "provocatório" (43) janelão central, que ficava circunscrito à altura dos nichos laterais, permitindo a criação de uma janela igual às duas pré-existentes - e com clara referência à continuidade rítmica da torre da direita (44).

O interesse da igreja e do claustro estão também colocados sob o signo da ambiguidade anticlássica. Os alçados laterais da igreja nada têm de particularmente notável. Seguem algumas soluções da arquitectura religiosa portuguesa que encontramos no Porto no final da centúria de quinhentos, nitidamente inspirados em S. Vicente de Fora mas com soluções próprias que lhe dão um certo sabor de academismo regional. Referimos já que as capelas laterais têm como separação única uma alta pilastra dórica-toscana que sustenta o entablamento da abóbada de caixotões pétreos. As grandes igrejas do Porto e seu

aro seguem uma tipologia já sumariamente referida - que aqui não se verifica. Em Grijó a solução encontrada pode bem ter sido inspirada pela necessidade de criação de mais duas capelas laterais sem o consequente aumento do comprimento da nave que provocaria a deslocação do eixo unitário formado pela igreja e claustro. A excepcional verticalidade dos alçados é acentuada pela relação entre a largura e o comprimento da nave e a continuidade espacial do eixo longitudinal, que se prolonga na capela-mor muito profunda e que não é contrariada pelo do transepto inscrito (planta I). A iluminação feita pelos janelões e janelas da fachada, nave e óculos do transepto não basta para a criação das proporções mais de acordo com a espacialidade da arquitectura portuguesa. O claustro arquivado nos dois registos e com um ático muito desenvolvido a uni-los é também pontuado por linhas de forte impulso vertical.

O resultado final é interessante, dele resultando uma grande unidade que está expressa, paradigmaticamente, no alçado exterior da capela-mor com o tratamento dado às paredes ritmadas verticalmente pelas pilastras que transmitem dimensões que na realidade não possui (45). A utilização da mesma gramática decorativa na fachada, transepto, arco cruzeiro, capela-mor, claustro e sacristia, prova que não houve alteração de programa construtivo no longo período que vai da concepção da obra ao seu termo.

O mosteiro de Grijó teve algumas repercussões na arquitectura seiscentista do Noroeste permanecendo contudo um caso isolado sobretudo pela unidade formal que apresenta. A influência desta casa cruzia fez-se sentir, como é lógico, nos mosteiros da congregação localizados a Norte do Douro e que sofreram reformas nos finais do século XVI e século XVII.

É em S. salvador de Moreira da Maia que melhor e mais depressa se detecta a influência exercida por Grijó. Já dissemos que a sua construção iniciou-se em 1588 e que as obras se prolongaram pelo século XVII, ultrapassando largamente 1622, quando, segundo Pais da Silva (46) e Kubler (47) teriam sido dadas por terminadas. A 29 de Julho de 1636 o Padre Visitador mandava continuar com as obras do claustro e da igreja com indicações precisas para que se fizesse a abóbada e a cobertura do cruzeiro "como a de Grijó" (48).

A lição de Grijó não se limita aqui à cobertura do transepto. A planta da igreja segue o mesmo tipo e a capela-mor baixa e profunda é iluminada por duas grandes janelas de cada lado. A cobertura é formada por uma abóbada de berço forrada de caixotões rectangulares de madeira. A igreja de nave única, com falso transepto e duas capelas laterais tem proporções que, contrariamente a Grijó, se integram facilmente na arquitectura nacional dos fins do século XVI. As cornijas do alçado interior da igreja são sustentadas por mísulas suportadas pelos arcos das capelas laterais e correm ao longo da nave, transepto e capela-mor como em Grijó.

O claustro seguia a tipologia do de Grijó: duas galerias arquitravadas e sobrepostas com colunatas toscanas percorridas por uma cornija saliente (fig. 61).

A fachada de S. Salvador de Moreira levanta os mesmos problemas de datação referidos para a de Grijó cuja tipologia segue. O primeiro piso é formado por um pórtico arquitravado e com três vãos. O friso é sustentado por dois pilares de secção quadrada e duas pilastras laterais que têm continuidade

nos plintos salientes das quatro pilastras jónicas que dividem verticalmente o segundo piso da fachada. Este registo tripartido é ocupado por falsos janelões nas secções laterais e ao centro tem uma janela de volta inteira que ilumina o coro aos pés da nave. O registo superior é corrido por uma balaustrada e remata num frontão que é encimado por uma cruz no vértice e nos ângulos. Os cunhais são percorridos por pilastras que acentuam a já vertical fachada (figs. 53 a 56).

A solução dada à galilé é diferente da de Grijó onde os arcos, altos e apertados pelos pilares já imprimiam a verticalidade desenvolvida nos dois registos superiores. Em Moreira da Maia a galilé é mais proporcionada e dá acesso a uma galeria de cobertura plana decorada com caixotões (fig. 60). A entrada da igreja, em um arco de volta perfeita sobrepujado por um friso e cornija decorados, tem uma carregada decoração idêntica à usada em Grijó mas mais volumétrica. As duplas colunas que sustentam o entablamento são jónicas e têm o primeiro tambor com elementos do decorativismo maneirista flamengo (figs. 57 a 59). A carga decorativa é semelhante na capela do claustro que, pela sua situação idêntica à de Grijó, deveria ser a casa do capítulo (fig. 62).

A planta do conjunto monástico de Moreira apresenta afinidades flagrantes com Grijó na colocação da igreja frente a um vasto terreiro e na articulação desta com o claustro. A situação repete-se noutras casas crúzias do Entre Douro e Minho: S. Simão da Junqueira e S^{ta}. Maria de Landim. A primeira tem uma monumental fachada que repete no seu registo central a tipologia de Grijó com o rasgado janelão ladeado por dois nichos e duas janelas pequenas (fig. 66).

O mosteiro repete a organização dos espaços de Grijó e Moreira da Maia. O mesmo sucede em S^{ta}. Maria de Landim. A igreja medieval foi acrescentada uma fachada com galilé profunda. Este acrescento tardio resolveu a integração da casa monástica que se estende à direita. A torre sineira inscreve-se em linhas verticais e mostra-nos o que poderia ter sido o projecto para a composição da fachada de Grijó. Aqui encontramos de novo, no registo central da frontaria da igreja, a janela (modesta) ladeada por nichos em continuidade no que se encontra inscrito no tímpano do frontão triangular (fig. 5). Em Landim há ainda a referir a repetição do tipo de claustro arquitravado e com colunata tóscana.

Grijó articula-se também com S^{to}. Agostinho da Serra. Foi provavelmente daqui que partiu a ideia para as galerias porticadas do claustro de S. Salvador de Grijó (figs 43/45). A ordem usada nas colunatas é a mesma e idêntica é também a decoração do ático do claustro, do intradorso do arco de ligação à igreja de planta circular (fig. 46) e da cúpula que a cobre (figs. 39/40). Em tudo o mais são diferentes com excepção da profundidade que se nota na capela-mor dos dois mosteiros mas que em S^{to}. Agostinho da Serra repetia o modelo funcional inaugurado em S. Vicente de Fora (figs. 38/42).

III - A QUESTÃO DA AUTORIA.

Não podíamos deixar de fazer um breve apontamento sobre a autoria da traça da Igreja e Mosteiro de S. Salvador de Grijó. Esta pode parecer uma falsa questão porque através da crónica de Frei Marcos da Cruz conhecemos o tracista

da obra. Nada nos leva a pensar que tal informação seja incorrecta. Na verdade há a sustentá-la alguns aspectos que apresentamos resumidamente.

1. Francisco Velasquez - autor da traça do "nosso" mosteiro - encontrava-se em 1560 em Miranda do Douro na qualidade de empreiteiro das obras da Sé.
2. Em Maio desse ano D. João III mandou passar-lhe cartas de privilégio.
3. O interesse do monarca pela arquitectura é já de todos bem conhecido a prová-lo temos o "claustro da manga" onde, para lá do anedótico, ficou a certeza do entendimento que tinha desta arte.
4. A notícia da existência do artista bem pode ter passado por S^{ta}. Cruz de Coimbra onde D. João III se demorava nas suas passagens por esta cidade.
5. A lacónica notícia dada pelo cronista da ordem sem indicação de nenhum pagamento efectuado ao artista pode ter duas explicações:
 - a) As informações sobre o andamento das obras e importâncias nelas dispendidas em cada triénio deviam fazer parte de livros de despesas à semelhança dos que existiam em S^{to}. Agostinho da Serra e S. Salvador da Moreira.

b) O projecto de Francisco Velasquez é de 1572. Em 1576 dá-se por finda a sua actividade antes de começarem as obras de Grijó. O "architetto" não pôde dirigi-las e por isso não aparece nomeado nos livros de despesas.

6. Mesmo tendo em conta a lentidão das obras pensamos que o projecto de Francisco Velasquez foi respeitado nas suas linhas mestras. Grijó tem unidade - expressa desde a planta aos alçados e coberturas - a que não é estranha a vontade de respeito pelo "debuxo" constantemente referido nas Cartas de Visitação.

Pelas razões acima apontadas não temos dúvidas em considerar Grijó como a assinatura deste artista - praticamente desconhecido - na arquitectura portuguesa do último terço do século XVI já que a sua actividade em Miranda não é individualizável. Não conhecemos a formação deste artista e nem sequer temos notícias sobre a sua origem exacta. Valladolid é uma hipótese - talvez a melhor - que poderá explicar um dos aspectos mais salientes no projecto de Francisco Velasquez: o anticlassicismo. Este supõe uma atitude crítica em relação à arquitectura da primeira renascença que na Península Ibérica é episódica. Temos sérias dúvidas que, e por isso mesmo, Velasquez tivesse uma formação teórica profunda que o levasse à rejeição das proporções - doutrina architectónica clássica. O que lhe deve ter sugerido o seu projecto deve ter sido o contacto directo com os tratados e artistas com que em Valladolid (?) e Miranda a sua actividade exigia. Não podemos esquecer que Valladolid foi um foco difusor da tratadística do século XVI: Sagredo, sobretudo Serlio, Palladio e Vignolla. Francisco Velasquez parece ter trazido a verticalidade dos alçados interiores e

exteriores ritmados por pilastras gigantes, a balaustrada na fachada e a gramática decorativa, da Sé de Miranda (figs. 47 a 50).

Gonçalo Vaz, mestre de arquitectura, é também quase desconhecido não obstante o caudal de notícias que tivemos oportunidade de revelar. Da sua formação nada sabemos. Também não conhecemos projectos da sua inteira responsabilidade com excepção da fonte do claustro de Grijó. Assim, e com os dados que actualmente possuímos não lhe podemos dar um estatuto superior ao de exímio cumpridor de empreitadas. O seu desenho em Grijó nada tem de notável e parece ser a expressão fiel da assimilação, por um artista em fase de formação, das fórmulas compositivas do director espiritual da obra.

N O T A S

- (1) Pedro Dias - História da Arte em Portugal, A arquitectura do gótico final e a decoração manuelina, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, vol. 5, pág. 38.
- (2) Mário Brandão - Cartas de Frei Brás de Braga para os Priores do Mosteiro de S^{ta}. Cruz de Coimbra, Coimbra, 1937.
- (3) "Em tempo do Prior D. Clemente [1552] além das esmolas, o mosteiro costumava fazer asy em commum, como em particular, e outros gastos mais, que tinha, dava em quada anno 30 000 reis a Diogo Castilho por ser pessoa benemerita desta congregaçam.", Frei Marcos da Cruz, Crónica do Mosteiro de S. Salvador de Grijó, op. cit., fol. 328v^a.
- (4) A. Nogueira Gonçalves - O Mosteiro da Serra do Pilar, Vila Nova de Gaia, edição da Câmara Municipal, 1984, pág. 39.
- (5) Idem, ibidem, pág. 49.
- (6) Idem, ibidem, pág. 49.
- (7) José Eduardo Horta Correia - História da Arte em Portugal, A arquitectura - maneirismo e "estilo chão", Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pág. 119.

- (8) Jorge Henrique Pais da Silva - Páginas de História da Arte. Volume II. Estudos e Ensaíos, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, pág. 211.
- (9) A.D.P. - S.M., Convento de S. Salvador de Moreira, nº 8, fol. 5.
- (10) A.G.V.C., Convento de Santa Cruz, nº 82, fol. 45.
- (11) A.D.P. - S.M., Convento de S. Salvador de Moreira, nº 8, fol. 5.
- (12) José Eduardo Horta Correia, op. cit., pág. 95.
- (13) Idem, ibidem, pág. 95.
- (14) Idem, ibidem, pág. 94.
- (15) Tal como refere Fausto Martins - O Colégio de S. Lourenço. 1560 - 1774, pág. 269.
- (16) A.N.T.T., Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, maço 2.1., fol. 132.
- (17) A.G.V.C., Convento de Santa Cruz, nº 182, fol. 40vª.
- (18) A.N.T.T., Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, maço 2.1., fol. 43vª.
- (19) Albrecht Haupt - A Arquitectura da Renascença em Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

- (20) Vergílio Correia - Arte e Arqueologia, Lisboa, 1920.
- (21) Reinaldo dos Santos - Oito Séculos de Arte Portuguesa. História e Espírito, vol. II, Lisboa, s/d.
- (22) A. Nogueira Gonçalves (e outros) - O Mosteiro da Serra do Pilar, Gaia, edição da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1984.
- (23) George Kubler - Portuguese Plain Architecture Between Spices and Diamonds. 1521 - 1706, Harmondsworth, 1972.
- (24) José Eduardo Horta Correia, op. cit.
- (25) Reinaldo dos Santos, op. cit., pág. 172.
- (26) José Eduardo Horta Correia, op. cit., pág. 117.
- (27) Nos meados da década de cinquenta João de Ruão fez uma imagem para a Ermida de Nossa Senhora de Fortes - "Reformou-se no seu tempo [de D. Vicente da Gama, 5º Prior do mosteiro de Grijó, depois da reforma - que então se localizava em Vila Nova de Gaia] a Igreja de S. Mamede de Cerzedo, cuja capella mor lhe mandou fazer o Prior (...); fez mais a Ermida de Nossa Senhora de Fortes, que esta hoje as mil maravilhas cuja imagel fez João Ruam (...), Frei Marcos da Cruz, op. cit. fol. 331vª.

- (28) A. Nogueira Gonçalves - Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona do Norte, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1981, pág. 54.
- (29) Idem - O Mosteiro da Serra do Pilar, op. cit., pág. 36.
- (30) José Eduardo Horta Correia, op. cit., pág. 117.
- (31) Idem, *ibidem*, pág. 122.
- (32) George Kubler, op. cit., pág. 82.
- (33) José Eduardo Horta Correia, op. cit., pág. 123.
- (34) A.D.P. - S.M., Mosteiro de Grijó, n.º 88, fol. 49.
- (35) Inês Amorim, op. cit., pág. 155.
- (36) As medidas da nave são: comprimento 61 metros, largura 10 metros e altura 18 metros.
- (37) Esse era um dos locais onde era permitido falar. A igreja antiga já possuía uma varanda ao longo da sua nave e outra junto ao coro, A.N.T.T., Mosteiro de S^{ta}. Cruz de Coimbra, maço 2.1., fols. 10v^a/11.

- (38) Pensamos que a hospedaria, tal como a conhecemos hoje, é já setecentista.
- (39) George Kubler, op. cit., pág. 71.
- (40) Kubler é dessa opinião - "Thus the main façade and the rear façade of the church at Grifó may be almost a century apart (...)". *Ibidem*, pág. 72.
- (41) José Eduardo Horta Correia, op. cit. pág. 118.
- (42) O "espanholismo" que tem sido atribuído a Grifó bem pode encontrar aqui a sua explicação.
- (43) José Eduardo Horta Correia, op. cit., pag. 118.
- (44) É de assinalar o facto do projecto das torres ter diferenças de tratamento, nos dois primeiros registos, no desenho das aberturas.
- (45) Kubler faz uma leitura magistral da cateceira que não repetimos por ser bem conhecida. George Kubler, op. cit., pág. 72.
- (46) Jorge Henrique Pais da Silva, op. cit., pág. 220.
- (47) George Kubler, op. cit., pág. 72.

- (48) "O padre prior dara logo se faça o ferro (?) forno pella traça nova, e acabara de cobrir, (?) o que falta em sobre a claustra, pellos inconvenientes que há, (...) mudara a portaria conforme a traça de sorte que as janellas do dormitorio, que daõ para o Adro, fiquem todas dentro do muro, e façam sota e abobeda no cruzeiro como a de Grijó."
- A.N.T.T., Convento de S^{ta}. Cruz, nº 182, fol. 45.

C O N C L U S ã O

No segundo quartel do século XVI a Congregação dos Cônegos Regulares de S^{ta}. Cruz de Coimbra sofreu uma reforma pela mão de Frei Brás de Braga que imbuído das correntes humanistas foi um dos paladinos da política cultural de D. João III. O desregramento dos costumes e o relaxamento na observância da regra de S^{to}. Agostinho motivaram a necessidade de incutir nova orientação às comunidades crúzias no sentido de as integrar, ideologicamente, num mundo agitado pelo confronto das reformas protestantes e católica. A oposição dos cônegos de S. Salvador de Grijó à acção reformista de Frei Brás de Braga levou a deslocar o velho mosteiro para a Serra de Quebrantões, face à cidade do Porto. Desta mudança nasceu o Mosteiro de S^o. Agostinho da Serra (do Pilar) onde a comunidade viveu até que um grupo de "saudosos" do assentamento tradicional resolveu regressar a Grijó. O abandono a que tinham sido votados os edifícios e a vontade de ter acomodações dignas da sua antiguidade e regalias estão na base da decisão tomada em 1564 de reconstruir totalmente o mosteiro.

Em 1572 é feita a planta. O autor, Francisco Velasquez, empreiteiro das obras da Sé de Miranda do Douro, concebe um vasto rectângulo onde distribui, da esquerda para a direita, a igreja, o claustro e demais dependências monásticas. Os alçados exteriores do claustro e da igreja são marcados por uma austeridade que atinge a expressão máxima na cabeceira onde a impulsão vertical das pilastras lisas numa parede isenta de decoração provoca uma leitura de proporções que ultrapassam as reais.

O interior da igreja de nave rectangular com capelas intercomunicantes, transepto inscrito e capela-mor baixa e profunda tem uma verticalidade, que as sólidas cornijas salientes e reentrantes não esbatem. O claustro de duplas galerias sobrepostas é um quadrado ritmado pelas colunas - jónicas e pseudo compósitas - e o alto ático, solução pouco frequente na arquitectura de finais do século XVI aqui foi imposta pela utilização de entablamentos rectos e a abóbada de berço de fortes arcos torais do piso inferior.

A fachada de proporções não conformes à arquitectura nacional dos séculos XVI e XVII acusa influências flamengas, que circulavam nos tratados de Vredeman de Vries e Dieterlin, tem uma composição de forte pendor anticlássico, na qual sobressaem os arcos da galilé e o janelão central que estão comprimidos pelas duplas pilastras dos cunhais.

O Mosteiro de S. Salvador de Grijó, construído a partir de 1574 teve em Gonçalo Vaz o seu empreiteiro desde 1581. Este "mestre de arquitectura de pedraria", com actividade documentada até 1617 do qual se não conhece a assinatura artística dirigiu a quase totalidade das obras que, em 1636, ainda não tinham chegado ao seu termo. O século XVIII renovou-o nos interiores e acabou, provavelmente, o seu primeiro programa arquitectónico que se inscreve sob o signo da ambiguidade, de tal modo sentida que se projectou então - e já na segunda metade do século - uma alteração à fachada, numa tentativa de lhe imprimir ortodoxia clássica, que felizmente se não cumpriu.

Com difícil integração na arquitectura portuguesa o Mosteiro do

Salvador de Grijó inspirou tipologias que têm expressão monumental em Moreira da Maia e S. Simão da Junqueira enquanto em S^{ta}. Maria de Landim as proporções se mantêm pautadas pelo pré-existente templo românico. Fora do círculo das igrejas crúzias a sua influência não tem quase expressão o que se não explica pela existência de uma arquitectura agostiniana mas, possivelmente, porque ao século XVIII do barroco triunfante não agradava a austera ambiguidade que em Grijó é elevada à categoria estética.

NOTA FINAL.

Um trabalho desta natureza conta com a ajuda e incentivo de muitos amigos e colegas. Seria pois de grande injustiça não referir aqui todos aqueles que, de forma directa, para ele contribuíram. Em primeiro lugar o Sr. Professor Doutor Artur Nobre de Gusmão pela orientação que nos proporcionou. O Sr. Doutor José Eduardo Horta Correia que nos incutiu o entusiasmo pelo estudo da arte portuguesa do século XVIII. A dr^a Inês Amorim que nos apoiou na investigação. Os meus "colegas" da secção de História da Arte da F.L.U.P.. Por fim a Ni e o Alberto - incansáveis. A Fundação Calouste Gulbenkian. A Direcção dos Serviços Regionais dos Monumentos Nacionais do Norte.

Para todos vai o meu mais sincero agradecimento.

ÍNDICE

I. OBRAS E ARTISTAS.

INTRODUÇÃO	3
BIBLIOGRAFIA	6
CAPÍTULO I - O Mosteiro de S. Salvador de Grijó - Breve Notícia Histórica	
A. A Fundação	14
B. A Reforma da Ordem dos Cónegos Regran- tes de S. ^{to} Agostinho	15
C. Localização	17
D. O Património	19
E. Orgãos de Gestão e Administração Do Mos- teiro	20
F. O Mosteiro de Grijó - Deslocações do seu Assentamento	22
CAPÍTULO II - As obras.	
I - O Estaleiro arquitectónico	32
A. O regresso da comunidade a Grijó ..	32
B. O alargamento da cerca. A pedreira	34
C. Outros materiais.	
II - Cronologia das Obras	36
A. O Mosteiro de Grijó aquando da mu- dança. O estado precário das insta- lações	36

B. Actividade construtora dos Priores trienais do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	37
C. O Mosteiro do Salvador de Grijó.	
1. A Igreja.	
1.1. A Capela-mor	42
1.2. O Transepto	43
1.3. Nave e Capelas Laterais	44
1.4. Coro Alto	45
1.5. A Fachada da Igreja	45
1.6. A Sacristia	48
2. As Dependências Monásticas	
2.1. O Claustro	49
2.2. Os Dormitórios	50
2.3. A(s) Casa(s) do Capítulo	51
2.4. O Refeitório	51
2.5. A Livraria e a Casa do Cartório	52
2.6. A Casa da Audiência e a Casa da Procuração	53
2.7. As Hospedarias	53
2.8. Outras dependências e oficinas	53
2.9. O Aqueduto. O "De Profundis"..	54
3. A torre Sineira	55

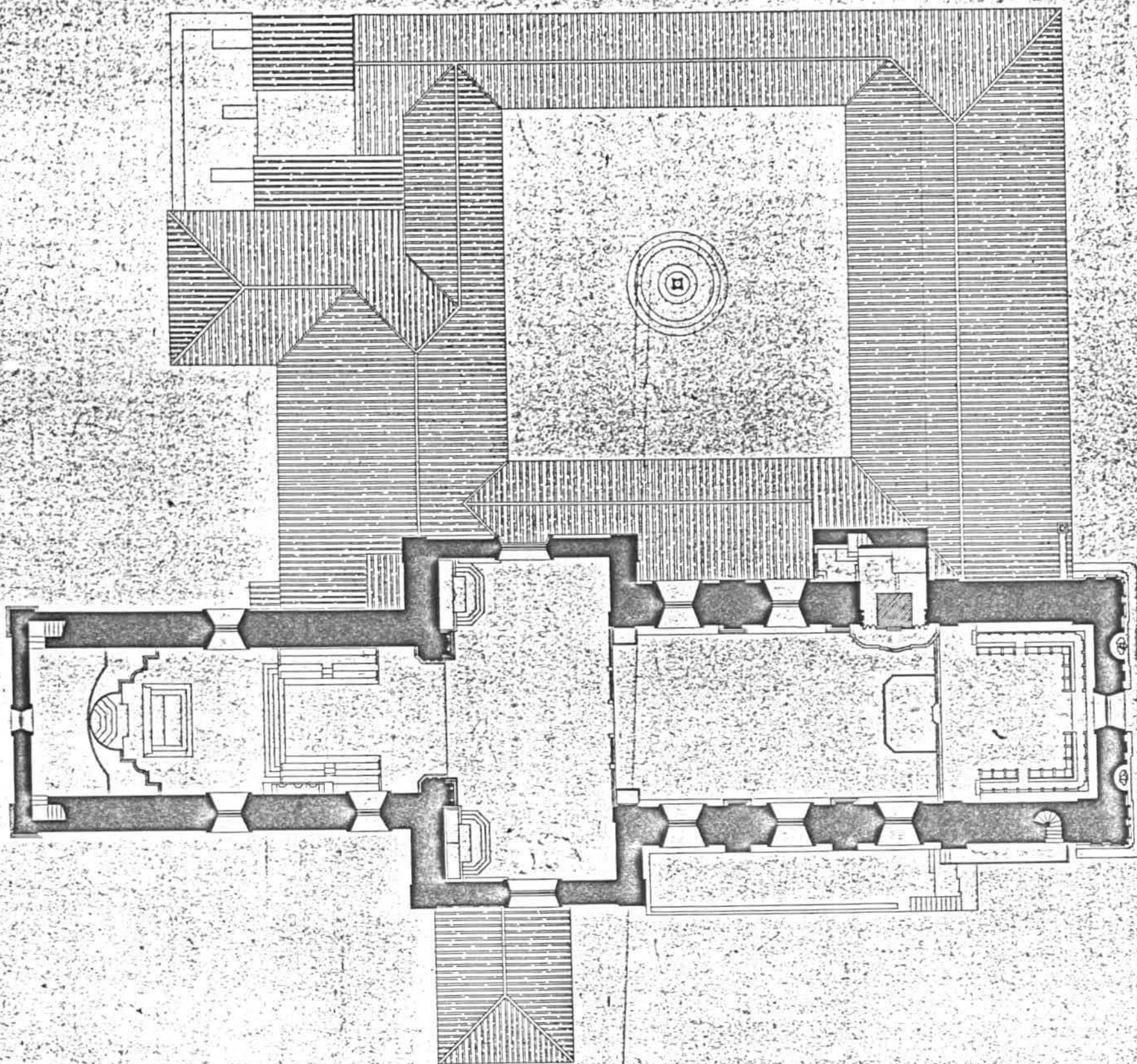
CAPÍTULO III - Artistas e Artífices.

A. Francisco Velasquez	72
B. Gonçalo Vaz	73
C. Outros Artistas	76

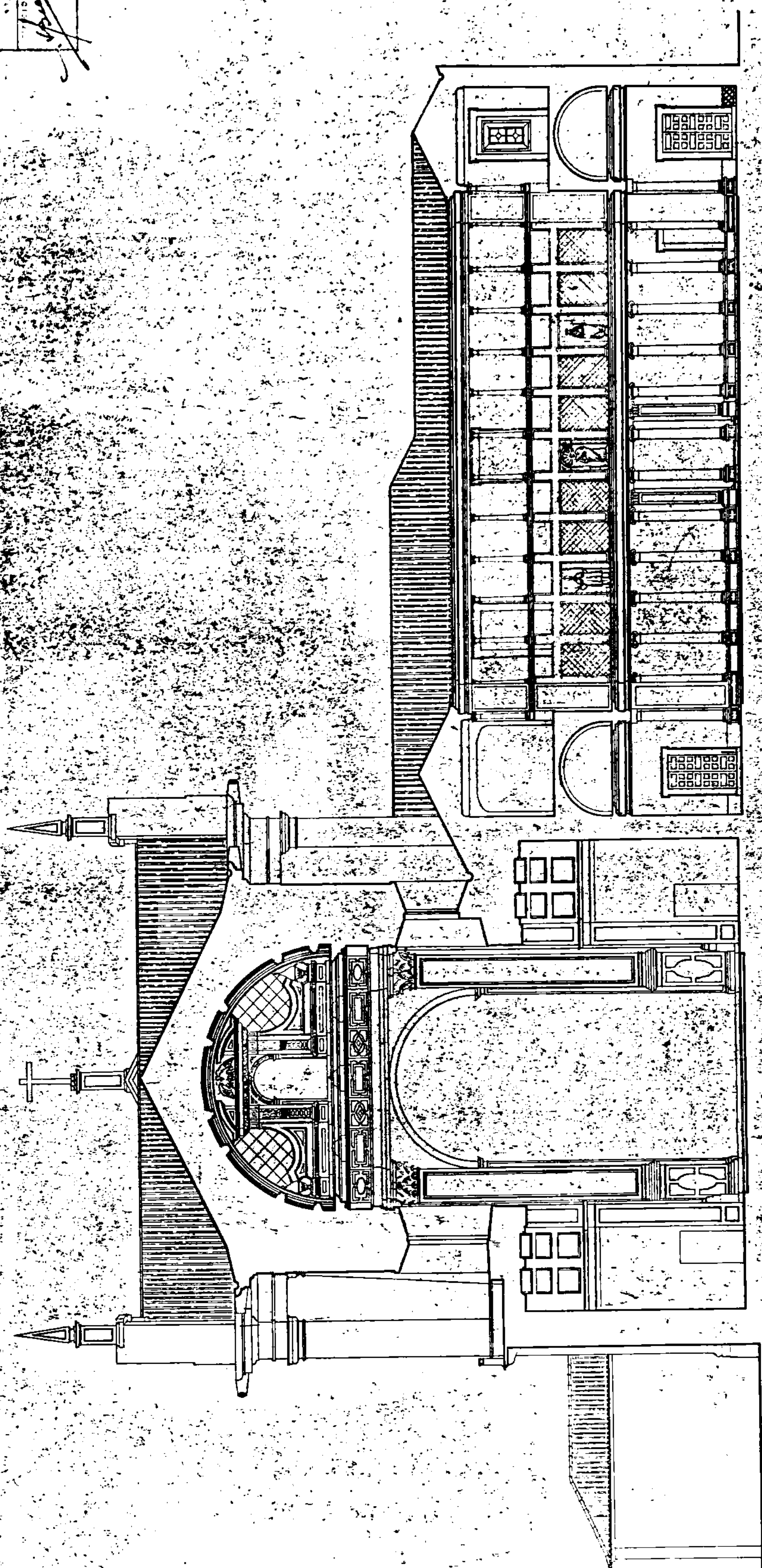
CAPÍTULO IV - Análise Artística.

A. Os Mosteiros dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho na Architectura portuguesa da segunda metade do século XVI e século XVII	84
B. Análise Artística da Igreja e Mosteiro de S. Salvador de Grijó.	
I - Breve descrição dos Edifícios.	
1. O espaço envolvente	97
2. O pórtico	97
3. A igreja	98
4. A casa do capítulo	101
5. O claustro	102
6. A hospedaria	103
7. A capela oval	104
II - O Mosteiro de S. Salvador de Grijó e a architectura portuguesa do último terço do século XVI e o primeiro do século XVII	104
III - A Questão da Autoria	110
CONCLUSÃO	120
NOTA FINAL	123
II. APÊNDICE DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICO.	
A. Mosteiro de Grijó - Inventário de 1770	1
B. Capítulos Gerais da Congregação dos Cónegos	

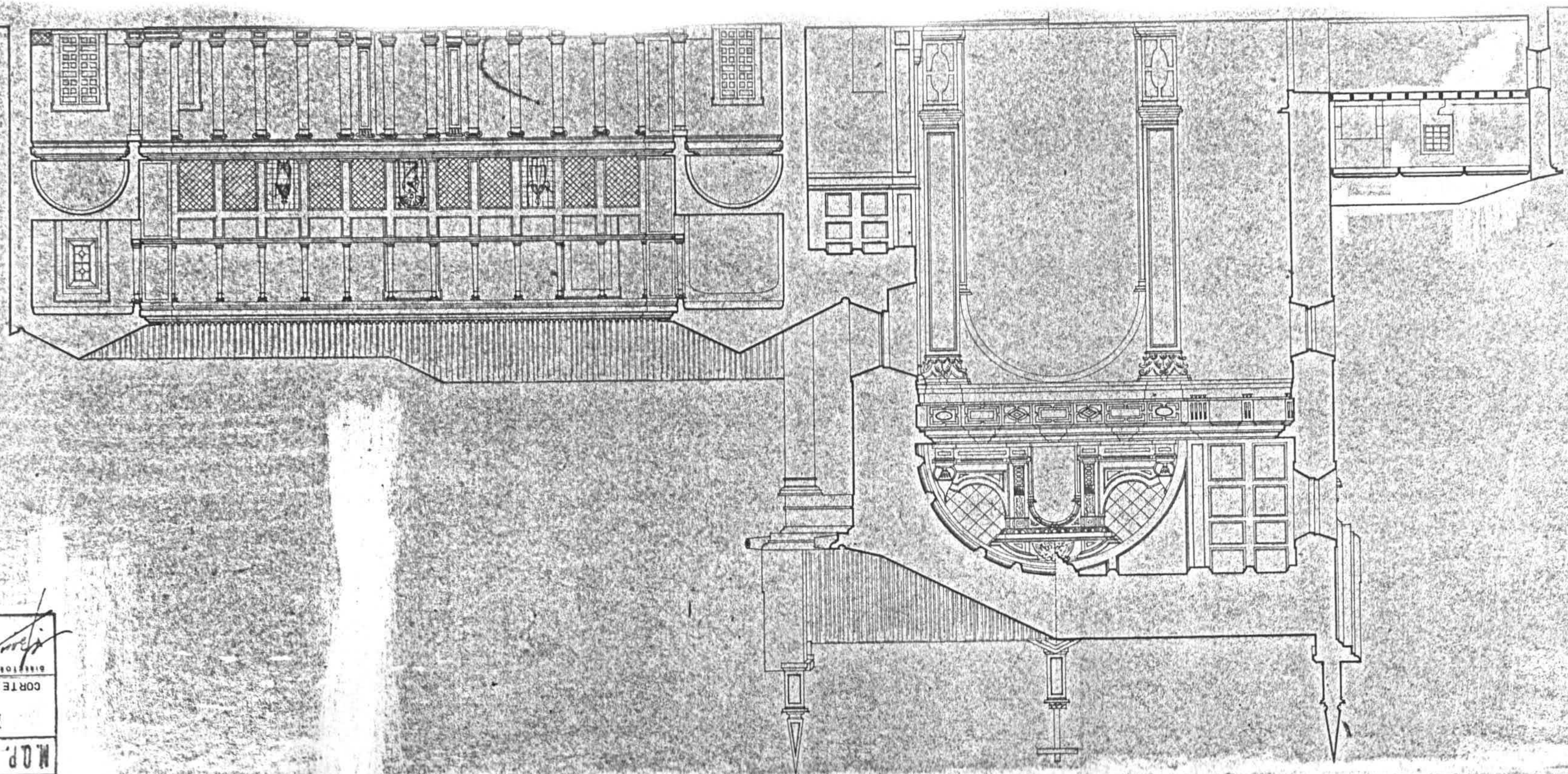
Regulares de Santo Agostinho	15
C. Visitações do Mosteiro de Grijó	19
D. Frei Timóteo dos Mártires - Crónica da Santa Cruz	22
E. Frei Nicolau de S. ^{ta} Maria - Chronica de Or- dem dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho ...	24
F. Gonçalo Vaz - Mestre de arquitectura das obras do Mosteiro de S. Salvador de Grijó	27
G. Fotografias	34

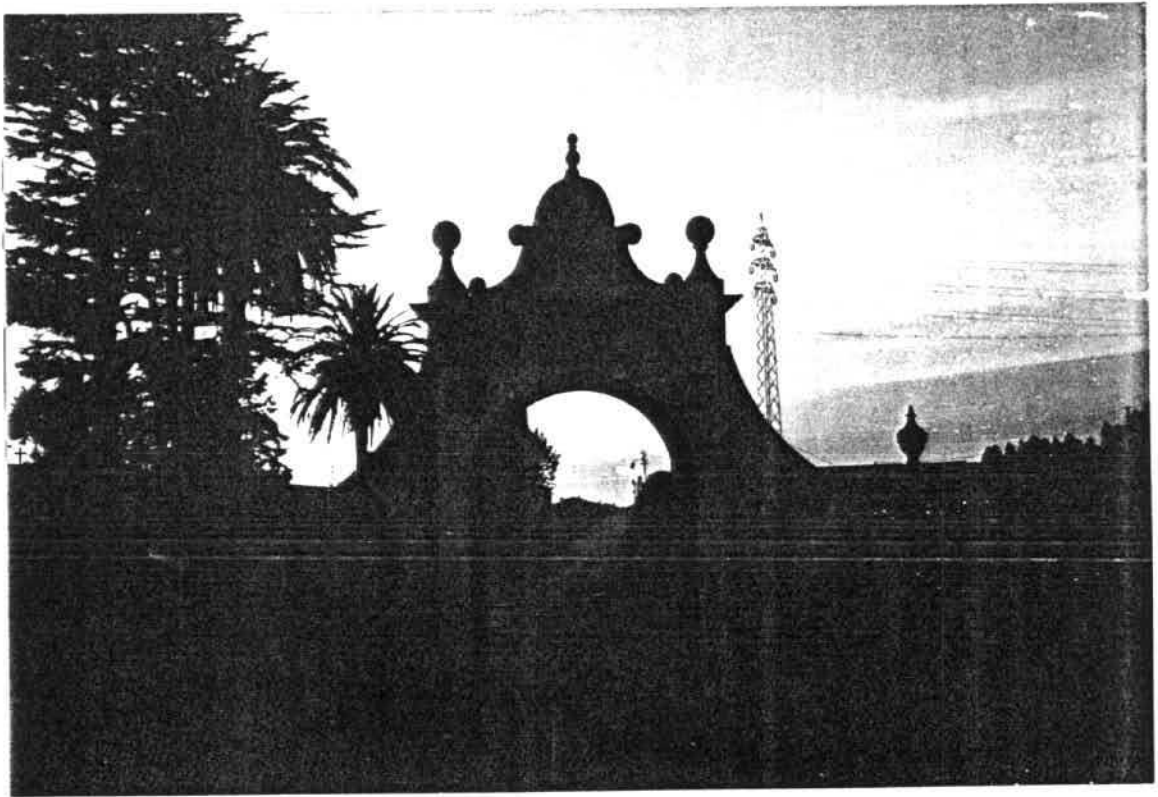


DATE: 11/1/70
SHEET: 11
PROJECT: RECONSTRUCTION OF THE
CATHEDRAL OF SEVILLE
BY: J. M. GARCIA
DATE: 11/1/70
20



M.O.P. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais		M.O.P. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	
MOSTEIRO DE GRÃO		MOSTEIRO DE GRÃO	
Corte Transversal		Corte Transversal	
Esc. 1:100		Esc. 1:100	
Director		Director	
Aprovado		Aprovado	
Data 25/3/72		Data 25/3/72	
Des. N.º		Des. N.º	
98		98	
Folha 55		Folha 55	
89		89	
7		7	





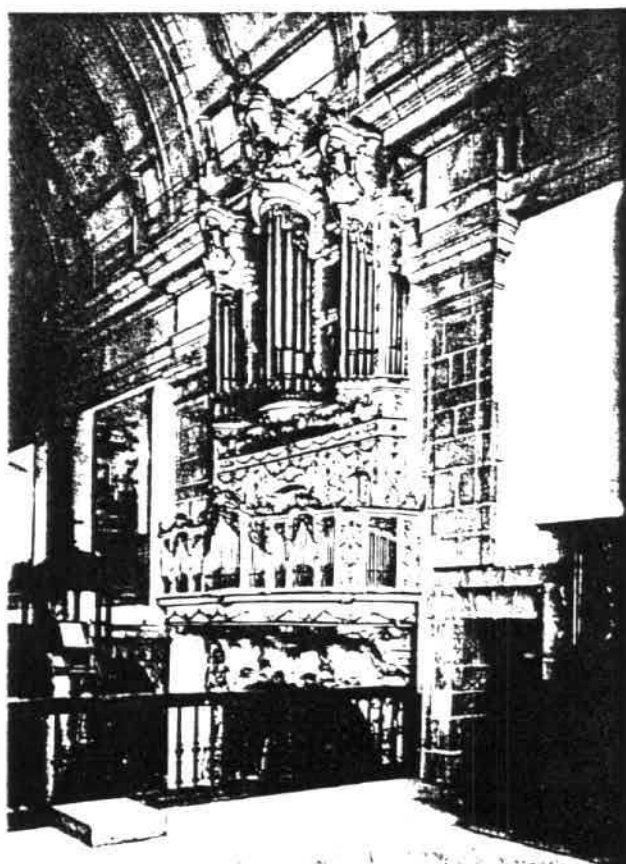
PÓRTICO



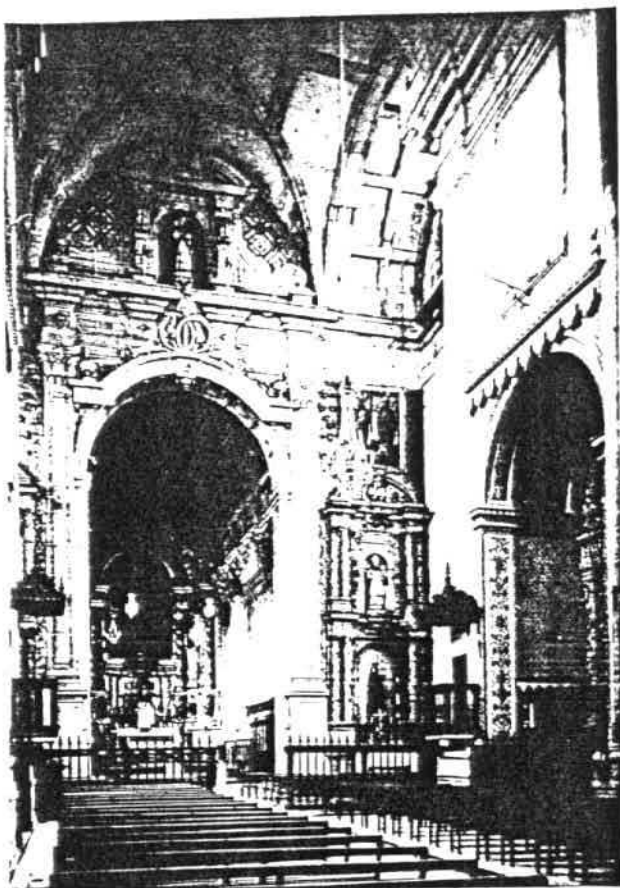
HOSPEDARIA



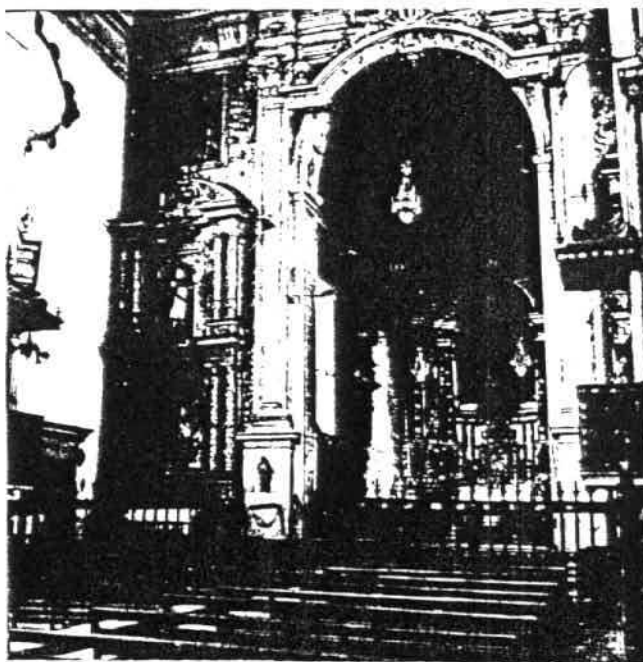
IGREJA - ENTRADA



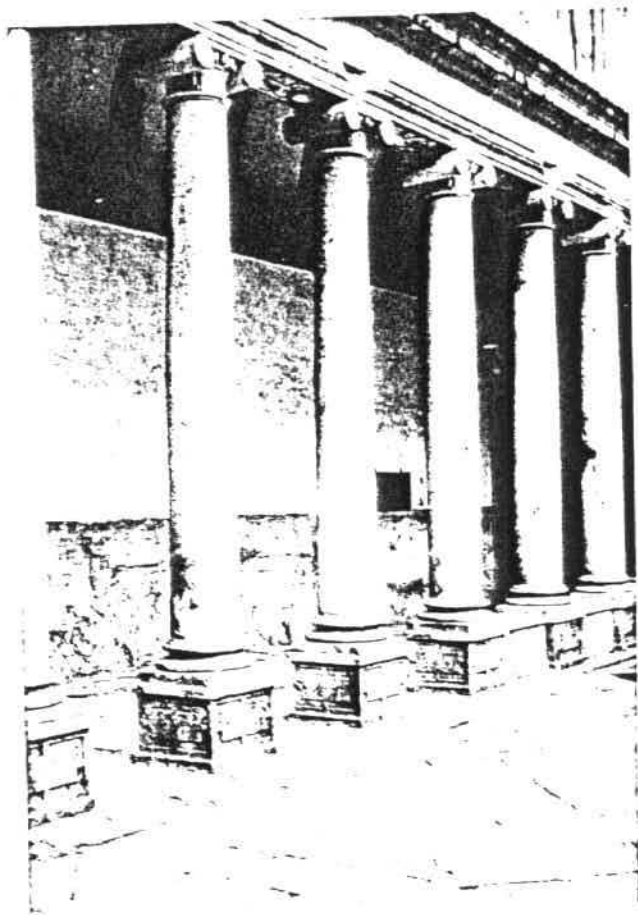
CORPO ALTO



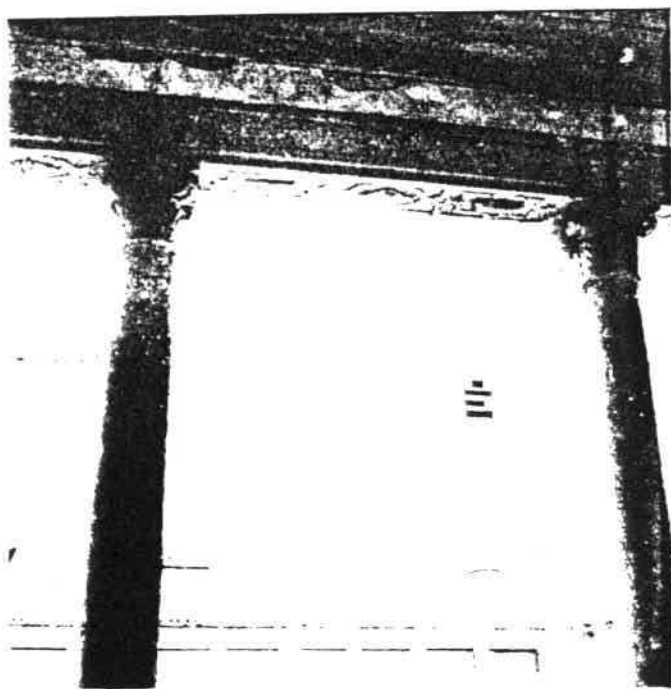
TRANSEPTO



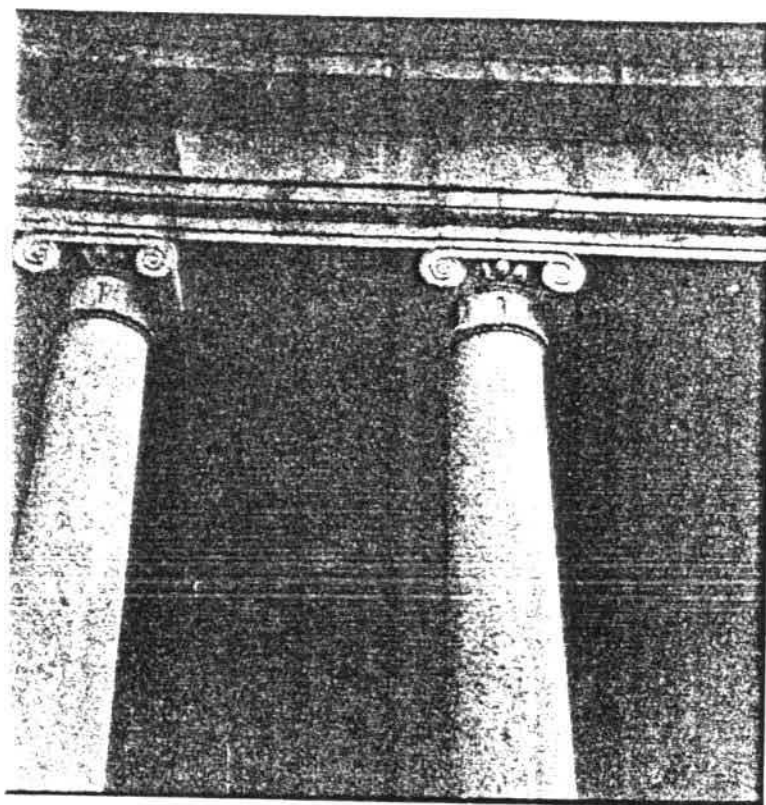
CAPELA-MOR



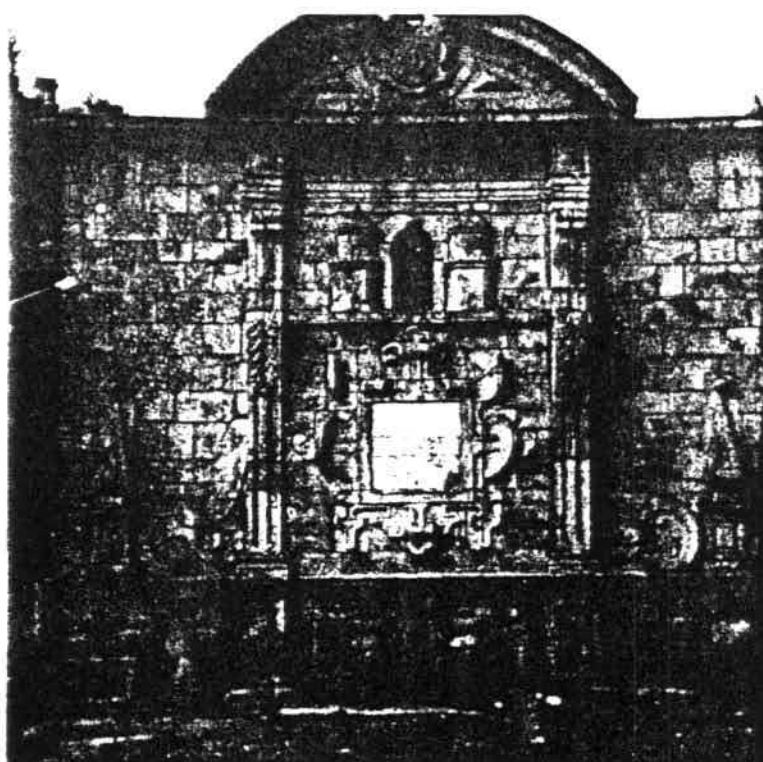
ABÓBADA DO CLAUSTRO



GALERIA SUPERIOR DO CLAUSTRO



GALERIA INFERIOR DO CLAUSTRO



FONTE DE VIRTUDES

PORTO

Outubro de 1988

VISITAÇÕES DO MOSTEIRO DE GRIJÓ

flº1 "Livro das Visitações dos Mosteiros dos Conegos Regulares da Congregação de Santa Cruz de Coimbra. que começou em 2 de maio de 1630"

flº3vº "Carta de Visitação do mosteiro do Salvador de Grijó do principio do trienio do ano de 1630"

flº4 "O Padre Prior em virtude da santa obediencia continuara com ãs obras da Igreja, e não se apartara nellas do debuxo que esta feito; consultara contudo architettos; se sera bom, e perfeição da obra, acrecêtassee mais hua capella de cada parte porquanto parece que o pede a arte na opiniaõ de quẽ o entende. (...)"

flº27 "Carta da Visitação do mosteiro de grijo do principio do triennio, 633."



"(...) O padre prior em Virtude de Santa obediencia continuara com as obras da igreja, E senaõ apartara do debuxo, e sobre o mesmo preceito continuara com o tombo dentro de hum anno, (...), E não fara outra obra algũa

